



Universidade Federal do Rio de Janeiro
Centro de Filosofias e Ciências Humanas
Escola de Serviço Social

Raquel dos Santos

Serviço Social e Meio Ambiente

Rio de Janeiro

2007

Raquel dos Santos

Serviço Social e Meio Ambiente

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito para obtenção do grau de Assistente Social sob a orientação da Professora Doutora Gabriela Maria Lema Icasuriaga.

Rio de Janeiro

2007

Raquel dos Santos

Serviço Social e Meio Ambiente

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito para obtenção do grau de Assistente Social sob a orientação da Professora Doutora Gabriela Maria Lema Icasuriaga.

Aprovado em: _____

Conceito: _____

Banca Examinadora

Professora Doutora Gabriela Maria Lema Icasuriaga
Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro

Professora Doutora Maristela Dal Moro
Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro

Professora Doutora Rosemere Santos Maia
Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro

A Abel por tudo.

Agradecimentos

A Deus por se fazer presente em minha vida.

A Abel por me estimular a seguir sempre em frente.

Ao Lima por ter tido atitudes que contribuíram para que o trabalho fosse realizado.

Ao Rafael Lima pelas correções necessárias para a conclusão deste trabalho.

A Professora Doutora Maria Helena Rauta Ramos por possibilitar minha participação no núcleo de pesquisa LOCUSS/ESS.

A Professora Doutora Gabriela Maria Lema Icassuriaga pela orientação e amizade.

Aos professores e amigos que estiveram comigo nesta jornada

Ao CNPq pelo patrocínio.

Lista de ilustrações

Diagrama 1	Artigos publicados de 1961 a 2006.....	47
Diagrama 2	Artigo sobre meio ambiente entre as publicações analisadas.....	48
Diagrama 3	Artigos publicados de 1992 a 2006.....	49
Diagrama 4	Artigos que relatam experiências profissionais, resultados de pesquisas e reflexões.....	50
Diagrama 5	Trabalhos de acordo com as organizações dos grupos.....	52

Sumário

Introdução	08
Capítulo I: Serviço Social e questão social no Brasil	
1.1 Pauperismo e questão social nas origens da constituição do Serviço Social no Brasil.....	13
1.2 A institucionalização do Serviço Social e o início de sua produção teórica.....	19
1.3 Mudanças contemporâneas e seus impactos na atuação do Serviço Social.....	25
Capítulo II: Meio ambiente e questão social	
2.1 Breve histórico da questão ambiental.....	31
2.2 Relações sociais de produção e expropriação dos recursos naturais e ambientais.....	38
Capítulo III: Serviço Social e meio ambiente	
3.1 Elementos para problematizar a incorporação das questões ambientais ao Serviço Social.....	44
3.2 Um árduo caminho para um tímido resultado: a produção teórica do Serviço Social sobre meio ambiente.....	47
Considerações finais.....	55
Bibliografia.....	59
Anexo.....	63

Introdução

O presente trabalho corresponde à avaliação final como requisito de aprovação no curso de Serviço Social realizado na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e visa contribuir para a análise do tratamento dado pelos Assistentes Sociais às questões relacionadas ao meio ambiente, como resultado de sua atuação prática interventiva ou em sua produção teórica e acadêmica. Desse modo este trabalho procura focalizar as abordagens sobre meio ambiente e preservação ambiental desenvolvidas por Assistentes Sociais no Brasil.

Nosso interesse em estudar o tratamento dado pela categoria às questões ambientais parte do entendimento de que, no atual sistema de organização social, a exploração do trabalho humano exercida pela classe dominante também é constatada em outras formas de exploração, inclusive com a destruição do meio ambiente. Neste sentido o modo de produção submete os interesses ecológicos aos interesses da extração de lucro e de mais valia.

Quando a ordem capitalista identifica o meio ambiente como mais uma fonte de lucro e exploração ou o transforma em novas formas de acumulação, a ameaça de destruição se concretiza, se materializa.

Os problemas ambientais atingem de forma desigual os diferentes setores da sociedade, sendo sentidos com mais intensidade pelos segmentos mais pobres e que, por isso, se tornam mais vulneráveis às especulações realizadas pelo capital, como também às conseqüências da degradação ambiental, que muitas vezes ocasiona a perda de meios pelos quais realizam seu trabalho. Um exemplo é o caso dos pescadores que se vêem impedidos diante da poluição de rios e dos mares que ocasiona a morte de peixes, impedindo assim as atividades pelas

quais garantem o seu sustento e o de suas famílias. São prejudicados ainda, segundo exemplo dado por Altvater (2006), por fazerem uso excessivo de uma pequena parte de terra porque os grandes latifundiários se utilizam da terra como um objeto de especulação.

No plano político:

“O capital é plenamente capaz de transferir o peso das degradações para países e para classes mais fracas. Em caso de necessidade, ele pode em último recurso dirigir toda a potência militar dos imperialismos dominantes para tarefas de ‘manutenção da ordem’ em todas as partes do mundo em que as degradações das condições de existência dos povos, sob efeito das destruições ambientais, possam provocar levantamentos” (Chesnais & Serfati, pg. 05) ¹.

As conseqüências da ação do capital sobre o meio ambiente atingem diretamente as classes trabalhadoras no que se refere aos seus direitos em decorrência da concentração de renda, propriedade e poder dando origem a novas formas de expressão da questão social correspondentes aos aspectos sociais, políticos e econômicos vivenciados pela sociedade atualmente.

A inserção dos Assistentes Sociais nesta questão se dá por ser a “questão social” o fundamento de sua formação e prática enquanto trabalhadores especializados, tendo através da realização de sua prática profissional contato direto com as suas mais variadas formas de expressão, associadas às maneiras como os usuários as vivenciam em seus trabalhos, família, comunidade, “na luta pela moradia, pela terra, na saúde, na assistência social pública” (Iamamoto, 2005:12) e, nós acrescentamos, que também se expressam no meio ambiente.

Atualmente a “questão social” está diretamente ligada à “luta aberta e surda pela cidadania, no embate pelo respeito aos direitos civis, sociais e políticos e aos direitos humanos” (Iamamoto, 2005:12). Estes direitos fazem parte também dos objetivos que o Código de ética Profissional dos Assistentes Sociais de 1993

¹ Disponível em: <http://www.unicamp.br/cemarx/criticamarxista/16chesnais.pdf>. Acesso em 04/04/2007

busca alcançar através do envolvimento desta categoria na luta por uma nova ordem societária, embasada por princípios que norteiam o exercício profissional.

Por isso, acreditamos ser importante identificar como a categoria tem percebido as relações que estão se desenvolvendo atualmente entre a sociedade e o meio ambiente e qual o tratamento dado por parte destes profissionais, seja em sua produção intelectual ou através de relatos de sua prática cotidiana no que diz respeito à temática do meio ambiente.

No primeiro capítulo procuramos realizar um breve resgate do surgimento do Serviço Social no Brasil e a sua trajetória até os dias de hoje. Nosso objetivo não é o de nos aprofundarmos nesta temática, mas apenas o de, através de um breve histórico sobre a origem da profissão, permitir que se compreenda a importância desta profissão junto às questões referentes ao meio ambiente, como uma forma de enfrentamento das desigualdades e exploração a que vem sendo submetida à classe trabalhadora por parte das classes dominantes.

No segundo capítulo, procuramos apresentar os problemas ambientais que vêm sendo causados desde a Revolução Industrial e os impactos que esses problemas têm tido sobre a vida dos trabalhadores. No entanto, esses impactos também têm atingido as classes sociais que se encontram diretamente ligadas ao capital, fazendo com que grandes potências sejam obrigadas a reconhecer a necessidade da implementação de medidas capazes de frear e/ou diminuir a degradação que vem sendo causada ao meio ambiente.

Por fim, apresentamos o resultado da pesquisa realizada por mim, enquanto bolsista de iniciação científica da pesquisa Serviço Social e Meio Ambiente, vinculada ao projeto “Políticas Pública, Meio Ambiente e Movimentos Sociais”² e

² Icasuriaga, 2005. Projeto cadastrado no SIGMA e na FAPERJ

que busca, através da análise da produção bibliográfica e documental da categoria, identificar qual o envolvimento desta categoria com a questão do meio ambiente. Para isso realizamos visitas ao Centro de Documentação da ESS-UFRJ, Biblioteca de Periódicos existente no Campus da Praia Vermelha – UFRJ, biblioteca do Centro de Filosofias e Ciências Humanas (CFCH) – UFRJ, biblioteca do Conselho Regional de Serviço Social da 7ª Região – RJ (CRESS 7ª Região - RJ), biblioteca da Faculdade de Serviço Social da UERJ, biblioteca da Universidade Castelo Branco – Campus Realengo. Realizamos também consultas on line nos sites das seguintes universidades: Pontífice Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ), Universidade Federal Fluminense, UNIB e na Universidade Estadual de Londrina. Além das consultas a sites destinados aos Assistentes Sociais. Os artigos foram selecionados a partir dos títulos e dos índices das publicações.

CAPÍTULO I:

SERVIÇO SOCIAL E QUESTÃO SOCIAL NO

BRASIL

1.1 PAUPERISMO E QUESTÃO SOCIAL NAS ORIGENS DA CONSTITUIÇÃO DO
SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL

A formação do Serviço Social no Brasil se dá no decorrer de um processo histórico marcado pela passagem de uma sociedade agrícola-comercial (sob controle oligárquico), com o trabalho essencialmente realizado por escravos, para agrícola-industrial com a utilização do trabalhador livre dentro de um modo de produção em que fica evidente a separação entre os homens e os meios de produção, associado à constituição de mercados voltados para os principais centros urbanos.

A classe trabalhadora tem a partir deste momento sua vida norteada pelas leis de mercado submetidas ao modo de produção capitalista. Passa então a vender sua força de trabalho, a fim de garantir sua manutenção e reprodução através do salário que recebe, sendo ao mesmo tempo submetida à exploração de sua força de trabalho de forma cada vez mais intensa pela classe burguesa.

Em meio a essa exploração, o trabalhador passa a perceber que a pobreza em que se encontra não está vinculada à quantidade de bens produzidos, mas à forma desigual da sua apropriação, uma vez que “a pobreza crescia na razão direta em que aumentava a capacidade social de produzir riquezas” (Netto, 2001: 153), ou seja, quanto mais riqueza se produzia, menos os trabalhadores conseguiam usufruir o que era produzido. O aumento da produção, ao invés de trazer melhorias nas condições de vida da classe trabalhadora, se tornou um dos mecanismos responsáveis pelo crescimento de sua exploração, dando origem a um fenômeno denominado pauperismo. Segundo Netto (2001:154), esse fenômeno caracterizado como pauperismo passou a ser nomeado como “questão social” e possui relação direta com os seus desdobramentos sócio-políticos, uma vez que os pauperizados não se conformando com a situação em que se encontravam, passaram a se

organizar e a realizar movimentos que ameaçavam a ordem social existente até o momento.

Esses movimentos se constituíram em instrumento de transformações junto à sociedade industrial brasileira ao apresentarem um conjunto de problemas que exigiam profundas modificações na organização das forças dentro do Estado e na relação que este estabelecia com as classes sociais.

“A nova qualidade que assume a questão social nos grandes centros urbano-industriais deriva, assim, do crescimento numérico do proletariado, da solidificação dos laços de solidariedade política e ideológica que perpassam seu conjunto, base para a construção e para a possibilidade objetiva de um projeto alternativo a dominação burguesa” (Iamamoto; Carvalho, 2004:127).

É neste contexto histórico que se dá a implantação do Serviço Social como profissão, em nossa sociedade, no período dos monopólios, firmado em uma prática profissional, em que sua atuação “revela-se congruente com as exigências econômico-sociais da ordem monopólica; sua intervenção desenha um aporte ao desempenho do Estado burguês e do comando do capital monopolista para a reprodução das condições mais compatíveis com a lógica da valorização que se põe neste marco” (Netto, 2001:78). Cabe também mencionar que o Serviço Social, ao longo de sua trajetória, esteve sob a influência de correntes de pensamento e instituições presentes em nossa sociedade.

No Brasil, a “questão social” nas décadas de 1920 a 1930 é a questão da formação da classe operária e de sua entrada no cenário político, a partir de seu reconhecimento como classe pelo Estado e com isso a implementação de políticas que levem em consideração seus interesses.

O surgimento do Serviço Social se dá “como o resultado de um processo sócio-histórico, condensado nas lutas que travam as classes fundamentais,

vinculado à fase monopolista do capitalismo” (Mantaño, 1996:104). Sua origem se justifica pela necessidade de respostas às novas necessidades sociais, que se dão a partir do momento em que ocorre o desenvolvimento do capitalismo industrial e a expansão urbana, associados “à constituição e expansão do proletariado e da burguesia industrial” (Iamamoto e Carvalho, 2004:77).

O desenvolvimento experimentado pela sociedade a partir deste momento se dá vinculado aos interesses divergentes e existentes entre as classes. De um lado está a classe dominante, detentora dos meios de produção e que se utiliza da exploração sobre a força de trabalho alheio como um meio de acumulação em uma organização social em que a distribuição da riqueza socialmente produzida é cada vez mais desigual, em decorrência da desigualdade existente entre a relação produção X apropriação, dando origem ao fenômeno denominado pauperismo. Esse fenômeno se caracteriza como uma relação desigual entre a produção e apropriação da riqueza socialmente produzida.

“A pobreza acentuada e generalizada no primeiro terço do século XIX – o pauperismo – aparecia como nova porque ela se produzia pelas mesmas condições que propiciavam os supostos, no plano imediato, da sua redução e, no limite, da sua supressão” (Netto, 2001:154).

No entanto, do outro lado temos os trabalhadores inconformados com a situação em que viviam em decorrência do pauperismo e que, por isso, passam a se organizar e a se articular de forma que suas ações começam a se configurar como ameaças à ordem social existente e aos interesses da classe burguesa. “Foi a partir da perspectiva efetiva de uma eversão da ordem burguesa que o pauperismo designou-se como ‘questão social’” (Netto, 2001:154).

A questão social é o que justifica a necessidade de um profissional especializado que possa atuar na mediação dos conflitos que se desenvolvem como

conseqüência dos diferentes interesses existentes entre as classes e que podem prejudicar o bom funcionamento do modo de produção capitalista. Esse profissional é o Assistente Social.

A origem desta profissão está vinculada ao posicionamento que a Igreja Católica, o Estado e os segmentos dominantes passam a adotar diante dos desdobramentos ocasionados pela “questão social”. Segundo lamamoto (1994), para a Igreja, a “Questão Social” é uma questão moral e religiosa; sendo assim, a atuação da igreja deve ser voltada para a recristianização da sociedade de grupos sociais básicos, em especial a família. Além da ação recristianizadora, sua ação tem o objetivo de impedir o crescimento do socialismo junto ao movimento operário, harmonizando as relações entre as classes a partir do comunitarismo cristão.

O Serviço Social tem sua gênese na iniciativa de grupos e partes da classe dominante influenciados pela Igreja Católica. Sua atuação se distingue das formas de exercício de caridade experimentadas anteriormente, por exercer uma intervenção ideológica nos trabalhadores através de atividades assistenciais, com resultados voltados para o campo político “o enquadramento dos trabalhadores nas relações sociais vigentes, reforçando a mútua colaboração entre capital e trabalho” (lamamoto, 1994:20).

No período de 1920 a 1930, a relação da Igreja com a classe proletária estava voltada para a constatação das más condições de trabalho em que se encontravam mulheres e crianças e para a crítica moralista à promiscuidade que ocorria nas oficinas e a desagregação da família.

No campo econômico, a produção de café vinha atravessando um declínio desde 1920 e em 1929 com a crise mundial, “culmina com a queima de estoques numa tentativa de manutenção do fluxo de renda e de elevação de preços no mercado internacional” (Martins, 1981: 66). Há a necessidade, a partir desta crise, de uma reordenação política e econômica, onde o Estado passa garantir a acumulação e intermediar “as contradições entre as oligarquias regionais, a mobilização dos setores urbanos médios e o ascenso da organização política e sindical do proletariado” (Iamamoto; Carvalho, 2004:151).

Nesta relação o Estado trás para si os aspectos pertencentes à organização social em que de um lado temos as contradições entre os diferentes segmentos da classe dominante e de outro as reivindicações dos setores populares, “para em nome da harmonia social e desenvolvimento, da colaboração entre as classes, repolitizá-las e discipliná-las, no sentido de se transformar num poderoso instrumento de expansão e acumulação capitalista” (Iamamoto e Carvalho, 2004:151).

Ainda segundo Iamamoto & Carvalho (2004:158-159), a atuação do Estado junto à sociedade é delimitada por costumes, leis, tradições e a normatividade da Igreja, que acabam servindo de freio e orientando suas ações. Por isso, a intervenção do Estado na “questão social” é legitimada a partir do momento em que sirva ao bem comum. Com isso, o trabalho deve ter uma legislação que imponha limites à sua exploração, mas não deve interferir sobre a livre determinação do preço do trabalho. Cabe ao Estado, em nome do bem comum, regular a propriedade privada e tutelar os direitos de cada um, em especial dos que necessitam de amparo, mas sem ignorar os direitos naturais dos grupos sociais, não podendo negar a existência e independência da sociedade civil. Ao Estado laico

cabe a ação reguladora, sem que suas atividades interfiram nos interesses das corporações e grupos sociais básicos.

Em meio a esse contexto, o Serviço Social surge associado a uma proposta de ação educativa junto à classe trabalhadora, como uma forma de prevenção aos problemas sociais. Atua por meio de entidades filantrópicas de caráter privado e através do Estado, orientando-se para um atendimento individualizado, através de uma assistência educativa adaptada aos problemas de cada pessoa atendida.

“Desconhecendo o caráter de classe dos antagonismos sociais, os efeitos desses antagonismos são considerados motivos relevantes para um tratamento sócio-educativo da ‘clientela’, tratamento esse de cunho doutrinário e moralizador, amplamente haurido no senso comum da classe de origem desses profissionais. O Serviço Social se propõe, ainda, a uma ação organizativa entre a população trabalhadora, dentro do programa de militância católica, contrapondo-se às iniciativas provenientes de lideranças operárias que não aderem ao associativismo católico”. (Iamamoto, 1994:20-21).

1.2 A INSTITUCIONALIZAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL E O INÍCIO DE SUA PRODUÇÃO TEÓRICA

O surgimento das escolas católicas de Serviço Social se dá em meio à atuação da Igreja nas políticas sociais, resultantes da retomada do movimento católico que tinha por objetivo:

“Renovar e inserir a presença da Igreja nos novos blocos de poder, mediante a preparação da sua diferenciada militância a fim de responder adequadamente a uma estratégia de ação doutrinária exercendo um trabalho social de evidentes efeitos políticos” (Castro, 2003:103).

A primeira escola surge em São Paulo, por ser este o maior pólo industrial da época. A segunda surge no Rio de Janeiro a partir de várias formas de iniciativas, por ser este um grande centro de serviço (transportes, portos) e por possuir um número muito grande de proletários.

As duas escolas tiveram suas bases doutrinárias regidas por princípios católicos e foram fortemente influenciadas pelas Escolas de Serviço Social existentes na Bélgica e na França, que também baseavam seus ensinamentos na Doutrina Católica.

Os profissionais formados por essas escolas têm sua atuação voltada¹⁶ essencialmente para a organização da assistência, para a educação popular e para a pesquisa social. Os usuários são, neste momento, quase que exclusivamente as famílias operárias, especialmente as mulheres e crianças. A realização de seu trabalho se dá por meio de visitas domiciliares, encaminhamentos, distribuição de auxílios materiais e a formação moral e doméstica através de cursos.

Neste período a prática profissional não possui um sentido de transformação social. Sua efetivação se baseia em valores éticos e morais que são repassados à sociedade através de experiências particulares. Um outro aspecto relativo aos

Assistentes Sociais é a idéia de vocação, no sentido de ajudar ao próximo acima de todas as coisas, sem se preocupar com a própria existência.

Segundo Netto (2004:137), devido ao quadro sócio-econômico em 1950, em plena alavancagem da *industrialização pesada*, a “questão social” apresenta novas demandas aos Assistentes Sociais, que vão exigir ações além das práticas profissionais que estavam sendo empregadas até o momento (basicamente concretizadas em abordagens individuais e grupais). A partir deste momento há grande interesse por parte da categoria em desenvolver outras formas de intervenção, com a assunção da abordagem comunitária como uma outra forma de atuação profissional. Esta nova forma de abordagem comunitária ganhou destaque junto aos profissionais, pois permitia formas de intervenção profissional mais de acordo com as necessidades e as características da sociedade brasileira e que por isso conseguia responder melhor às demandas apresentadas, uma vez que a “questão social” tinha uma magnitude elementarmente massiva.

O período que a sociedade estava passando “entre 1960-61 / 1964, com o aprofundamento e a problematização do processo democrático” (Netto, 2004:139), tem rebatimentos sobre a profissão, que acabam aumentando os questionamentos a respeito de uma prática profissional vinculada aos aspectos conservadores. O Serviço Social vê que sua atuação, na forma como se desenvolvia até o momento, com base no conservadorismo, não estava sendo capaz de responder às demandas que lhe eram apresentadas. Além disso, há a necessidade de “aperfeiçoar o aparelhamento conceitual e de elevar o padrão técnico, científico e cultural dos profissionais desse campo de atividade; e, finalmente, a reivindicação de funções não apenas executivas na programação e implementação de projetos de desenvolvimento” (Netto, 2004:139).

O movimento de Reconceituação do Serviço Social, de acordo com a maioria dos analistas, surge no I Seminário Regional Latino Americano de Serviço Social realizado em Porto Alegre no mês de Maio de 1965 como resposta à crise enfrentada pela ordem burguesa nos anos de 1960 e que acarretava crises no desempenho do Serviço Social. Esse seminário contou com a participação de profissionais do Brasil, Argentina e Uruguai e teve como objetivo uma renovação profissional, obtida por meio de contestações externas e internas à profissão, os mecanismos que acabam por promover o rompimento com Serviço Social Conservador. A contestação externa se expressa através de questionamentos da prática dos Assistentes Sociais, junto à ordem onde:

“Seus *media* privilegiados, as instituições e organizações governamentais e o elenco de políticas do Welfare State, vêem-se em xeque; seu universo ideal, centralizado nos valores pacatos e bucólicos da integração na “sociedade aberta”, é infirmado; sua aparente assepsia política, formalizada “tecnicamente”, é recusada. Mais decisivo ainda: a sua eficácia enquanto intervenção institucional é negada, a partir dos próprios resultados que produz”. (Netto, 2004: 143).

Em relação às contestações internas, de acordo com Netto, existem três vetores resultantes da crise da acumulação, que convergem a fim de permitir o processo de ruptura com o Serviço Social tradicional. Em primeiro lugar se encontra a revisão crítica que acontece progressivamente na fronteira das ciências sociais, que coloca em questão a produção teórica que legitima a atuação profissional do Serviço Social Tradicional.

“Os insumos “científicos” de que historicamente se valia o Serviço Social e que forneciam credibilidade “teórica” do seu fundamento com a chancela das disciplinas sociais acadêmicas viam-se questionados no seu próprio terreno de legitimação original” (Netto, 1994:144).

Em segundo lugar, se encontra o deslocamento de setores da igreja (católica e algumas confissões protestantes) de uma posição “conservadora”, para uma posição cada vez mais “progressista”. Essas mudanças afetarão o Serviço Social

em vários aspectos: na sua formação, na sua ação (através da relação com militâncias laicas e suas “obras sociais”) e em sua visão de mundo.

E, por fim, o terceiro vetor está relacionado ao movimento estudantil por manifestar de forma única sua contestação global, característica da sua intervenção, se inserindo “perturbadoramente no próprio locus privilegiado da reprodução da categoria profissional: as agências de formação, as escolas” (Netto, 1994:145).

O movimento de reconceituação está intimamente ligado aos aspectos sociopolíticos existentes nos países latino americanos em 1960 (período Pós II Guerra) sendo, por isso, comandada a partir do questionamento da “funcionalidade profissional na superação do subdesenvolvimento” (Netto, 2004:146). Neste momento, passam a ser questionadas: a atuação dos Assistentes Sociais em relação às manifestações da “questão social”; a utilização de procedimentos profissionais inadequados a realidades regionais e nacionais; a eficácia das ações profissionais; a eficiência e legitimidade de suas representações, as formas de relacionamento entre os profissionais e os novos atores que surgem na cena política geralmente ligados às classes subalternas. Ao realizarem esses questionamentos, os “Assistentes Sociais latino-americanos, através de seus segmentos de vanguarda, estavam minando as bases tradicionais de sua profissão” (Netto, 2004:146).

O movimento de reconceituação, como fenômeno que reuniu “profissionais heterogêneos, incorporou os profissionais mais lúcidos e progressistas da profissão” (Bentura, 1998:18), se esgota por volta de 1975. De acordo com Netto (2004), a existência deste movimento permitiu ao Serviço Social sua vinculação a dois eixos que serão de grande importância para a profissão.

O primeiro refere-se à relação com a tradição marxista. É através da reconceituação que o Serviço Social passa a pensar a profissão sob os aspectos inerentes a essa tradição. “A interlocução entre o Serviço Social e a tradição marxista inscreve-se como um dado da modernidade profissional” (Netto, 2004:149). O segundo eixo diz respeito a uma nova relação dos profissionais no marco continental, com o reconhecimento de que era necessário estabelecer uma unidade profissional organizada de forma autônoma e sem as influências imperiais, capaz de responder às problemáticas comuns da América Latina.

“Quanto mais se intensificava a interlocução com a tradição marxista e a compreensão do caráter abrangente e comum de certas condições do exercício profissional no continente –, no curso das modificações sócio-políticas que se produzem na transição dos anos sessenta e setenta, mais se explicitam os cortes e as colisões no seu interior, distinguindo com fronteiras muito visíveis os segmentos profissionais modernizantes daqueles que apostavam numa ruptura com as práticas e as representações do Serviço Social ‘tradicional’” (Netto, 2004:150).

A perspectiva renovadora, que Netto denominou de “intenção de ruptura” vem à tona junto à estrutura universitária brasileira na primeira metade de 1970 e “permanecerá como inteiramente marginal até o fim daquela década” (Netto, 2004:247). Essa perspectiva só irá conseguir ganhar repercussão fora das universidades a partir de 1980, passando a ter visibilidade junto à categoria fora do meio acadêmico.

“A perspectiva da intenção de ruptura, em qualquer das suas formulações, possui sempre um ineliminável caráter de oposição em face da autocracia burguesa, e este tanto a atingiu – enquanto vertente do processo de renovação do Serviço Social no Brasil - das outras correntes profissionais quanto respondeu pela referida trajetória”. (Netto, 2004:248).

De acordo com o autor (2004: 302-303), a intenção de ruptura permitiu que se repercutissem produtivamente no Serviço Social brasileiro as questões referentes à dinâmica contraditória e macroscópica da sociedade, “apanhadas numa angulação” que põe em causa a produção social (com ênfase na crítica da economia política),

que destaca a importância da estrutura social (com privilégio da análise das classes e de suas estratégias), que problematiza a natureza do poder político (com ênfase no Estado) e que se questiona a respeito da especificidade das representações sociais (indagando sobre o papel e as funções das ideologias). Esta intenção de ruptura também teve como consequência o entendimento do Assistente Social como um tipo particular de intelectual, fazendo com que este se volte para o conhecimento de seu papel social, político e profissional, associado à exigência teórica mais rigorosa para o desenvolvimento de sua ação.

“A renovação crítico – analítica viabilizada pelo desenvolvimento teórico da intenção de ruptura propicia novos aportes no nível prático-operativo da profissão – donde, por exemplo, a circunscrição de formas alternativas de intervenção, no bojo das políticas sociais, junto a movimentos sociais e o reequacionamento do desempenho profissional no marco da assistência pública” (Netto, 2004:303).

1.3. MUDANÇAS CONTEMPORÂNEAS E SEUS IMPACTOS NA ATUAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL

Segundo Netto (1996), desde a década de 1970 há uma seqüência de mudanças que adquirem maior expressão na década de 1990. Essas mudanças são representadas pela globalização e regionalização dos mercados, que se dão através da flexibilização econômica. Esse novo quadro demanda a reestruturação das funções do Estado e sua relação com a sociedade, impondo novas exigências para o Serviço Social, exigindo respostas e caracterizando novos desafios e perspectivas para a profissão.

O surgimento dessas demandas implica a necessidade da categoria de entender as relações que se instituem na sociedade capitalista atualmente, frutos das mudanças que se estabeleceram e resultaram em novas formas de expressões da “questão social” e conseqüentemente, em suas novas formas de enfrentamento por parte dos Assistentes Sociais.

A “questão social” na atualidade está associada às formas como se manifestam as desigualdades no seio da sociedade, sendo impensáveis sem a mediação do Estado.

“A ‘questão social’ expressa desigualdades econômicas, políticas e culturais das classes sociais, mediadas por disparidades nas relações de gênero, características étnico – raciais e formações regionais. Colocam em causa amplos segmentos da sociedade civil no acesso aos bens da civilização” (Iamamoto, 2005:13).

A introdução do projeto neoliberal no Brasil, primeiramente no governo Collor (1989) e de forma mais intensa nos dois governos do presidente Fernando Henrique Cardoso, acarreta mudanças em muitas formas de organização da sociedade (como a retomada da filantropia e o estímulo ao voluntariado por parte da sociedade civil), assim como perdas em relação a direitos alcançados com a Constituição de 1988 (a

Constituição Cidadã). Um exemplo é a perda de direitos trabalhistas alcançados por meio de lutas históricas travadas pela classe trabalhadora, em função de acordos/contratos entre empregadores e empregados. Essas mudanças ocorridas no mercado de trabalho se estendem aos Assistentes Sociais e podem ser percebidas nas áreas de trabalho em que a categoria vem sendo inserida.

Segundo pesquisa realizada pelo Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) em 2005, se mantém a atuação profissional vinculada a instituições de natureza pública, estando em segundo lugar os que se encontram empregados em instituições privadas e por fim se encontra o grupo de profissionais inseridos no Terceiro Setor. Esta pesquisa também apresentou um dado que indica que “nem todos os profissionais que atuam na esfera pública mantêm vínculos efetivos / estatutários” (CFESS, 2005:51).

Ainda de acordo com o trabalho realizado, há o desenvolvimento de uma outra vertente de atuação do mercado profissional que se estabelece junto às organizações não-governamentais - ONGs -, constituindo um amplo e diversificado campo que necessita ser melhor qualificado. Temos ainda a atuação profissional junto às empresas onde o Serviço Social é chamado a atuar na área de recursos humanos, na esfera de assessoria gerencial e na criação dos comportamentos produtivos favoráveis para a força de trabalho.

Preliminarmente é importante explicitar os pressupostos para a análise da profissão hoje. Para que isso aconteça, é necessário que os Assistentes Sociais saiam de uma visão endógena da profissão, ou seja, que saiam de uma visão “de dentro” e “para dentro” do Serviço Social, “como pré-condição para que se possa captar as novas mediações e requalificar o fazer profissional, identificando suas particularidades e descobrindo alternativas de ação” (Iamamoto, 2001:20).

De acordo com lamamoto um dos maiores desafios enfrentados pelo Assistente Social hoje “é desenvolver sua capacidade de decifrar a realidade e construir propostas de trabalho criativas e capazes de preservar e efetivar direitos, a partir de demandas emergentes no cotidiano. Enfim, ser um profissional propositivo e não só executivo” (lamamoto, 2001:20).

O rompimento com a visão endógena, permite aos Assistentes Sociais que conseguem desenvolver sua prática profissional além dessa visão, a possibilidade de ultrapassar “uma visão rotineira, reiterativa e burocrática do Serviço Social” (lamamoto, 2001: 22), desenvolvendo novas possibilidades de atuação que possam realmente contribuir para atuação junto à sociedade, resultando em mudanças concretas e não apenas paliativas.

Para Carvalho (1994), a vida cotidiana é questão fundamental para a práxis realizada pelos Assistentes Sociais, já que é sobre ela que se realiza a prática e há transformações e perpetuação das condições de vida mais amplas. O cotidiano é o palco onde relações sociais de reprodução e dominação se concretizam e se afirmam; assim, é necessário refletir e compreender a totalidade da vida cotidiana.

Em meio às relações cotidianas, o Assistente Social encontra seu espaço como um dos mediadores na relação “entre o particular e o global, entre o singular e o coletivo” (Carvalho e Netto, 1994:51). Sua especificidade está no fato de atuar sobre todas as necessidades humanas em geral e, particularmente, junto à população pauperizada, subalternizada, excluída da riqueza socialmente produzida e privadamente apropriada, além de fazer a mediação dos interesses desta classe junto ao Estado.

Segundo Iamamoto (2005:7), as reflexões sobre o Serviço Social na contemporaneidade, em meio às relações sociais capitalistas, devem servir para que se superem os influxos liberais que se alastram progressivamente sobre as análises a respeito da “prática profissional”, entendida como uma prática do indivíduo isolado, desvinculada da trama social que cria sua necessidade e condiciona seus efeitos na sociedade. A tendência atual é que se transformem as relações entre o Assistente Social e os usuários em relações singulares, desvinculadas da “questão Social” e das políticas públicas. Nesta perspectiva a formação profissional deve estar voltada para a construção de estratégias, técnicas e formação de habilidades – centrando-se no como fazer – com a justificativa de que esta é uma profissão voltada para a intervenção junto às classes sociais. Essa visão busca criar um profissional que aparenta saber fazer, mas que não consegue explicar as razões, o conteúdo, a direção social e os efeitos que sua prática profissional irá produzir junto à sociedade. Ao desenvolver sua prática desta forma há o perigo de que a profissão seja reduzida à função técnica, em que caberá a outros profissionais a função de pensar a sociedade.

É necessário que este profissional seja capaz de desempenhar suas funções de forma que, ao realizar uma atividade técnica, esta tenha base nos conhecimentos teóricos que nortearam a sua formação. Com isso, sua atividade não será feita por fazer, apenas para o atendimento que uma demanda apresenta e que precisa de respostas muitas vezes imediatas. Ao ter sua ação orientada por uma “racionalidade sociopolítica” (Netto, 1996:115), o profissional saberá explicar o porquê de sua ação e quais as possíveis implicações que esta poderá vir ocasionar na vida deste usuário, através de sua “compreensão teórico - crítica, identificando a significação, os limites e as alternativas da ação focalizada” (Netto, 1996:126). Desta

forma, fazendo e sabendo o porquê de estar fazendo, esta profissional estará contribuindo para que a identidade profissional da categoria seja preservada.

“O exercício da profissão exige, portanto, um sujeito profissional que tem competência para propor, para negociar com a instituição os seus projetos, para defender o seu campo de trabalho, suas qualificações e atribuições profissionais. Requer ir além das rotinas institucionais e buscar apreender no movimento da realidade as tendências e possibilidades nela presentes passíveis de serem apropriadas pelo profissional, desenvolvidas e transformadas em projetos de trabalho” (Iamamoto, 2005:9).

Um outro aspecto importante para o desempenho da prática profissional dos Assistentes Sociais é a sua articulação ao projeto ético-político da profissão “com a luta mais ampla dos trabalhadores pela democratização econômica – social” (Guerra, 2005:27) como um caminho para a criação de estratégias e alternativas de atuação cotidiana profissional, na defesa da democracia, ampliação da cidadania e distribuição igualitária das riquezas socialmente produzidas.

CAPÍTULO II:
MEIO AMBIENTE E QUESTÃO SOCIAL

2.1 BREVE HISTÓRICO DA QUESTÃO AMBIENTAL

As discussões a respeito do meio ambiente surgem no âmbito acadêmico no início de 1970, mas é a partir de 1990 que começam a ganhar maior expressão, passando a assumir um caráter universal. Essa universalidade se dá através da impossibilidade que o momento apresenta de negar que as ações do homem sobre a natureza, estabelecidas por meio de uma relação contraditória onde o desenvolvimento ilimitado se utiliza de forma desordenada de recursos naturais (finitos) provocando sua extinção e/ou deterioração, estejam trazendo conseqüências ambientais desastrosas em todas as partes do globo. Segundo evidências científicas “a humanidade é responsável pelas mudanças climáticas globais desde a Revolução Industrial”³.

Vivemos em um mundo que, embora seja ecologicamente interligado, apresenta, em sua organização social, a divisão entre classes inerente ao modo de produção capitalista. Essa divisão não determina apenas o segmento que irá se apropriar da riqueza socialmente produzida, mas estabelece também a classe que é mais atingida pelos impactos da degradação ambiental.

São os pobres que, além de sofrerem com a desigualdade na distribuição da riqueza socialmente produzida, têm seu acesso à apropriação dos recursos naturais restringidos e acabam sentindo com maior intensidade as conseqüências da degradação ambiental.

³ Carvão: O combustível de ontem. Coordenadora geral: Kátia Vasconcelos Moreiro. Porto Alegre: Núcleo Amigos da Terra no Brasil, 2004. Disponível em < <http://www.greenpeace.org.br>>. Acesso em 08/06/2007.

A preocupação com o meio ambiente se dá pela necessidade que temos de ³² avaliar a relação que vem se desenvolvendo entre a sociedade e a natureza, expandindo a questão ambiental para além da idéia de preservação de áreas naturais. Sendo essa expansão resultado de uma análise das desigualdades sociais existentes, associadas aos confrontos entre os projetos sociais “expressos em lutas sociais contra modalidades de apropriação e uso privados dos recursos territoriais e pela defesa do meio ambiente” (Rauta, 2004:8).

A Revolução Industrial teve início no século XVIII na Inglaterra por ser país possuidor de grandes reservas de carvão mineral, principal fonte energia para movimentar máquinas e locomotivas à vapor e se caracterizou pela passagem da manufatura para a mecanização dos sistemas de produção e de transporte de mercadorias. São características da sociedade industrial: aumento da produção, organização das diversas atividades urbanas pelo capital, a indústria como principal atividade econômica e o crescimento da população urbana. Além do carvão, os ingleses possuíam grandes reserva de minério de ferro, principal matéria prima utilizada na época. Além desses fatores, temos como pontos para o desenvolvimento da Revolução na Inglaterra a grande quantidade de trabalhadores procurando emprego, o mercado consumidor e o capital disponível pela burguesia para financiar as fábricas, comprar matéria prima, máquinas e contratar empregados. O desenvolvimento da Revolução neste país também se deu devido a sua localização geográfica, na parte ocidental da Europa, que facilitou o acesso às mais importante rotas de comércio internacional e permitiu conquistar mercados ultramarinos⁴.

⁴ Revolução Industrial. Disponível em: <<http://www.monografiasbrasil.com>>. Acesso em 08/06/2007.

A primeira fase da Revolução Industrial teve sua gênese com a Revolução Comercial, realizada entre os séculos XV e XVIII em países da Europa em que a expansão do comércio internacional trouxe aumento de riquezas, permitindo³³ a acumulação de capitais capazes de financiar o progresso técnico e alto custo da instalação de indústrias. A burguesia europeia teve o crescimento de seus negócios e por isso passou a investir no aperfeiçoamento das técnicas de produção, apoiando o trabalho de inventores na criação de máquinas e experiências industriais. Houve com a Revolução Comercial um crescimento de mercados e do lugar geográfico das trocas. “A ampliação das trocas, que a partir do século XVI os europeus passaram a realizar em escala planetária, levou a radical alteração nas formas de produzir de alguns países da Europa ocidental”⁵.

Com a expansão do comércio, houve a necessidade cada vez maior da utilização de máquinas como um meio para alcançar maior produtividade e, conseqüentemente, maiores lucros aos empresários. Essas máquinas realizavam seu trabalho utilizando basicamente as forças da natureza como o vento, a água, o fogo, o vapor. Com isso, o homem conseguiu alcançar o progresso ao fazer com que a natureza “trabalhasse” através das máquinas.

A Segunda fase da Revolução Industrial se caracterizou pela propagação dos princípios da industrialização na França, Alemanha, Itália, Bélgica, Holanda, Estados Unidos e Japão. Houve um crescimento da concorrência e da indústria de bens de produção. Neste período as principais mudanças no processo produtivo foram as novas formas de energia (elétrica e a partir de derivados do petróleo), assim como o aparecimento de novos produtos químicos e a substituição do ferro pelo aço.

⁵ Revolução Industrial. Disponível em: <<http://www.monografiasbrasil.com>>. Acesso em 08/06/2007.

A Revolução Industrial tornou as formas de produção mais eficientes, com a produção mais rápida de produtos a preços mais baixos permitindo, assim, um crescimento no consumo, ocasionando transformações econômicas e sociais. Por outro lado, aumentou o número de desempregados, uma vez que as máquinas foram substituindo aos poucos a mão de obra humana. Houve consequências negativas como o êxodo rural, o crescimento desordenado das cidades e a poluição ambiental. Estes efeitos podem ser sentidos até os dias de hoje.

Com a Revolução Industrial, o homem passou a utilizar intensivamente o carbono estocado durante milhões de anos em forma de carvão mineral, petróleo e gás natural para a geração de energia e no uso em indústrias e veículos. Como forma de obter esse carbono, houve a destruição e a queimada de florestas (grandes depósitos de carbono) de forma cada vez mais intensa. O resultado desta ação é a emissão e acumulação de grandes quantidades de dióxido de carbono, metano e outros gases para na camada atmosférica (que é formada naturalmente por dióxido de carbono, metano e vapor d'água). Essa camada que envolve a Terra tem a função de reter parte do calor do sol permitindo, desta forma, o desenvolvimento da grande diversidade de seres vivos existentes.

Com a emissão de gases poluentes, a camada atmosférica se torna mais espessa e a sua capacidade de reter calor é potencializada, ocasionando o aumento da temperatura no planeta. Esse aumento de temperatura, também conhecido como efeito estufa, tem como resultado o aquecimento global que gera mudanças ambientais. Essas mudanças sentidas pela natureza trazem consequências desastrosas para o homem, uma vez que, além dos prejuízos materiais e econômicos como, por exemplo, a perda de grandes safras em decorrência das

secas ocasionadas pelas escassez de chuva, também existem as perdas humanas em desastres ecológicos em função das mudanças climáticas.

35

A utilização do carvão não traz prejuízos somente para a atmosfera. A sua mineração e queima na indústria carbonífera alteraram significativamente a paisagem e o ecossistema. Sua extração torna o solo ácido, além de promover sua erosão inibindo, desta forma, o crescimento de vegetais e tornando-o impróprio para a agricultura. Como resultado, temos o assoreamento das drenagens e a contaminação das águas. Além destes aspectos, devem ser levados em conta os gastos com saúde pública para tratar de problemas decorrentes da mineração e queima do carvão, sendo estes valores praticamente incalculáveis.

No caso do petróleo, além da emissão de gases, os danos atingem em maior parte aos oceanos, provocando prejuízos à vida marinha, à pesca e ao turismo. A poluição acarreta para o ambiente marinho:

“A morte instantânea do plâncton, ou ainda pela bioacumulação, que é o fenômeno através do qual os organismos vivos acabam retendo dentro de si algumas substâncias tóxicas que vão se acumulando também nos demais seres da cadeia alimentar até chegar ao homem, sendo um processo lento de intoxicação e muitas vezes letal” (Cardoso, 2007:15).

O crescimento desordenado das cidades também se tornou um dos fatores que contribuem para o aquecimento global. A falta de estrutura e planejamento para receber a população rural que se estabelece nos centros urbanos, atraídos pela promessa de uma vida melhor, acaba fazendo com que estas pessoas ocupem áreas que deveriam ser destinadas à preservação ambiental.

Associado a este fator, também está à questão do lixo produzido e despejado em locais impróprios para essa atividade.

O lixo orgânico leva aproximadamente 20 anos em sua decomposição e, neste processo, produz o metano, que é um gás extremamente inflamável e

explosivo. Quando o lixo é despejado fora de aterros sanitários controlados e que tem um monitoramento dos locais de acúmulo de metano, há um grande risco para a população que mora em áreas próximas a esses lixões ou até mesmo sobre ex-lixões, não mencionando os danos para o meio ambiente.

No caso destes lixões, o lixo é apenas aterrado. Ao realizar este procedimento, o metano fica preso e migra para poros e bolsões vazios no subsolo onde se acumula. Quando esse lixo é aterrado, não recebe umidade nem ventilação, o que causa uma interrupção na degradação destes resíduos, sem, contudo, cessar a produção deste gás. Sendo assim, qualquer atividade realizada no solo pode reiniciar o processo de degradação e produção de metano.

A realização desta decomposição e conseqüente produção de metano implicam em outro problema para as áreas situadas acima dos ex-lixões, pois essas áreas têm o solo instável, constituindo uma ameaça às construções que venham a ser realizadas neste local. Essa instabilidade é resultado da redução do volume de resíduos e da expansão ou migração de metano, formando buracos no subsolo que aos poucos vão sendo preenchidos através de uma nova acomodação destes resíduos, causando movimentações na superfície. (Mariana Viveiros, Folha de São Paulo 09/12/2001).⁶

⁶ Na mesma matéria se adverte para os riscos de viver acima do lixo, sendo estes:

1. gás:

- Um dos principais gases produzidos na decomposição do lixo doméstico é o metano (CH₄), altamente inflamável

- Quando o lixo é aterrado e não há mecanismos de retirada desse gás, ele migra e se acumula nos poros (buracos) do subsolo ou em instalações subterrâneas confinadas como tubulações de água e esgoto e poços de água. Nesses locais há risco de explosão

- Além do metano, o lixo decomposto também produz gases à base de enxofre e nitrogênio que têm mau cheiro.

2. Instabilidade:

- Na medida em que se decompõe, o lixo orgânico diminui de volume e o solo acima dele vai se "ajustando", ou seja, cedendo. Embora nem sempre seja perceptível, essa "rearrumação" do solo pode alterar estruturas e provocar rachaduras nos pisos de construções.

3. Materiais perigosos:

- No caso dos lixões, em que não houve controle oficial do tipo de material lá descartado, há o risco de haver resíduos industriais e perigosos à saúde e ao ambiente".

Além dos danos citados anteriormente, é importante ressaltar que o metano é o segundo principal gás responsável pelo efeito estufa e pelo aquecimento global (o primeiro é o gás carbônico). Podemos então perceber que o crescimento desordenado das cidades e os lixões que surgem deste crescimento trazem questões que vão além dos limites desta cidade, uma vez que os efeitos do aquecimento global atingem a todos em todas as partes do planeta.

2.2 RELAÇÕES SOCIAIS DE PRODUÇÃO E EXPROPRIAÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS E AMBIENTAIS

As relações ambientais que se desenvolvem no âmbito de uma sociedade capitalista expressam as transformações na forma com que o homem irá se relacionar com a natureza. Neste sistema, o acesso universal aos recursos naturais é substituído pelo mesmo arranjo presente em seu modo de produção, onde os

trabalhadores são expropriados das condições de trabalho. Em relação ao meio ambiente, esta expropriação se expressa no acesso aos recursos naturais e na subordinação a um capitalista que se utiliza destes recursos como uma forma vantajosa de obter lucro. Ocorre desta forma o monopólio por certas pessoas sobre determinadas “porções do globo terrestre como esferas exclusivas de sua vontade privada, com exclusão de todas as outras” (Marx. Livro V, pg.112).

Segundo Marx, o trabalho é um processo pelo qual o homem através de sua ação, transforma a natureza e ao realizar esta transformação, acaba transformando também sua natureza interna, ou seja, ao transformar a natureza por meio do trabalho, ele modifica também as formas como se estabelecem as relações sociais de produção.

“Ele põe em movimento as forças naturais pertencentes a sua corporalidade, braço e perna, cabeça e mão, a fim de apropriar-se da matéria natural numa forma útil para sua própria vida. Ao atuar, por meio desse movimento, sobre a Natureza externa a ele e ao modificá-la, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza” (Marx. 1985: V.1, pg. 142).

A natureza é uma fonte original de gêneros alimentícios e meios já prontos de subsistência para o homem, porém não é capaz de, por si mesma, produzir mercadorias para vender no mercado. O mercado é uma construção social econômica. Por isso, o interesse do capital por recursos naturais está ligado a sua transformação pelo trabalho em mercadorias, fazendo com que seja uma forma de obtenção de lucro. Quando este recurso que anteriormente era tido como superabundante começa a se tornar escasso e com perspectivas de esgotamento, se torna um instrumento capaz de gerar renda aos que controlam seu acesso.

“O mais formoso dos pássaros ou uma antiga árvore em uma floresta tropical ou o ferro em uma mina não são mercadorias; eles somente se convertem em mercadorias através de um processo de valorização” (Altvater. 2006:346).

Contudo, na produção de mercadorias que satisfaçam as necessidades humanas, o capital está, paralelamente promovendo a devastação do meio ambiente. “A produção capitalista só desenvolve a técnica e a combinação do processo de produção ao minar simultaneamente as fontes de toda riqueza: a terra e o trabalhador” (Marx. V.2, pg. 100).

Quando os trabalhadores são submetidos a este modo de produção, as conseqüências vão além do aspecto social, atingindo a relação que estes mantêm com a natureza. Enquanto aos operários é destinada apenas a manutenção de suas necessidades básicas, os ricos se utilizam da natureza para o desenvolvimento de práticas voltadas para seus interesses. Isso faz com que a relação entre pobreza e riqueza esteja diretamente ligada ao processo de destruição do meio ambiente. Um exemplo disso é o que Altvater (2006) cita, quando relata que, enquanto os pobres habitantes da Amazônia fazem uso excessivo de uma pequena parte de terra, os grandes latifundiários se utilizam da terra como um objeto de especulação.

Um outro eixo é o que expõe a transferência da culpa pela degradação ambiental dos países mais desenvolvidos para países e classes mais pobres. Essa transferência se dá pela necessidade que estes países imperialistas têm de continuar mantendo seu desenvolvimento sem ter que se preocupar em desenvolver medidas a fim de promover a diminuição da poluição e a preservação ambiental, pois se justificam afirmando que tais medidas causariam uma queda em seu crescimento. O que estes países não percebem é que os gastos decorrentes desta degradação com a saúde e os medicamentos para trabalhadores e suas famílias; os investimentos destinados a evitar mais destruição ambiental; a recuperação (dentro do possível) do que foi destruído anteriormente; as enormes quantias que terão de pagar às companhias de petróleo e energia; os gastos com a reorganização de

espaços onde possa ser depositado o lixo produzido e “os custos extras derivados da congestão (de trânsito e de pessoas) no espaço urbano e os custos que caem sobre o governo, os camponeses e os trabalhadores do Terceiro Mundo como resultado da crise idêntica entre ecologia e desenvolvimento” (Altvater. 2006:356) acabam se tornando em custos muito maiores do que os que poderiam vir a ser gerados ao implantarem de forma efetiva medidas voltadas para a diminuição da poluição provocada pelo desenvolvimento cada vez maior de suas indústrias, assim como ao realizar medidas de preservação ambiental.

Entretanto, as respostas que o planeta tem dado à degradação constante de que tem sido vítima e que tem como resultado o aquecimento global são percebidas por todos em todas as partes do globo⁷.

As respostas dadas pela Terra põem em xeque os governos dos países desenvolvidos e, em 1988, ocorre a primeira reunião entre governantes e cientistas em Toronto, Canadá, com a justificativa de discutir as mudanças climáticas que vêm acontecendo. No ano de 1990 é divulgado o primeiro informe com base na colaboração científica de nível internacional (o IPCC - Painel Intergovernamental sobre Mudança Climática), no qual os cientistas advertem que, para estabilizar os crescentes níveis de dióxido de carbono (CO₂) – o principal gás-estufa – na atmosfera, seria necessário reduzir as emissões na década de 1990 em 60%.

Em 1992, acontece no Rio de Janeiro a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (ECO – 92), onde aproximadamente 160

⁷ Entre os efeitos negativos da degradação ambiental temos: o aumento no nível dos oceanos o que poderá causar, futuramente, a submersão de grandes cidades litorâneas; o crescimento do número de desertos, como consequência da falta de chuva e dos desmatamentos que ocorrem nas florestas tropicais, o que provocará a morte de várias espécies animais e vegetais, desequilibrando os ecossistemas; o aumento das temperaturas que faz com que haja maior evaporação das águas dos oceanos, potencializando fenômenos climáticos como furacões, tufões e ciclones e as ondas de calor em regiões onde as temperaturas costumam ser amenas. Mudanças de clima, mudanças de vida. Como o aquecimento global já afeta o Brasil. Disponível em: <http://greenpeace.org.br/clima/impactos>. Acesso em 08/06/2007.

governos assinam a Convenção Marco sobre Mudança Climática, que tem por objetivo “evitar interferências antropogênicas perigosas no sistema climático”⁸. Neste encontro também foi instituída uma meta: os países industrializados deveriam estagnar as emissões de gases responsáveis pelo efeito estufa, a mesma proporção que emitiam em 1990 no ano de 2000. Além disso, há um acordo intitulado “princípio de responsabilidade comum diferenciada” que estabelece que todos os países sejam responsáveis por proteger o clima do planeta.

No ano de 1995, é divulgado o segundo informe do IPCC em que se afirma que já são visíveis as mudanças no clima do planeta, se tornando “um evidente desafio para os poderosos grupos de pressão em favor dos combustíveis fósseis, que constantemente legitimavam grupos de cientistas céticos quanto a essa questão, para sustentar que não havia motivos reais de preocupação”⁹.

O processo descrito anteriormente culminou em 1997, em Kyoto, Japão, com a discussão e negociação de um tratado que entrou em vigor oficialmente em 16 de fevereiro de 2005 após ter sido ratificado pela Rússia em novembro de 2004. Esse tratado ficou conhecido como Protocolo de Kyoto, o qual estabelece que deva haver um calendário em que os países desenvolvidos têm a obrigação de reduzir a quantidade de gases poluentes em, pelo menos, 5,2% até 2012, com base nos níveis de 1990. Os países que assinaram o documento terão que colocar em prática planos para reduzir a emissão desses gases entre 2008 e 2012.

A assinatura do Protocolo de Kyoto é o primeiro tratado voltado para a proteção ambiental e reflete a urgência em tomar medidas que estejam além dos interesses do grande capital. Porém, neste ano (2007), a cúpula do G8 - sete países

⁸ O protocolo de Kyoto. Disponível em: <http://greenpeace.org.br/Campanhaenergia>. Acesso em 08/06/2007.

⁹ Ibid

mais industrializados (EUA, Japão, Alemanha, Reino Unido, França, Itália, Canadá) mais a Rússia - se reuniu em Heiligendamm, onde firmaram um acordo em que se comprometem a reduzir substancialmente suas emissões dos gases responsáveis por causar o efeito estufa, estabelecendo a meta de conseguir cortá-las pela metade até 2050. Este acordo difere do Protocolo de Kyoto por contar com a adesão e o reconhecimento dos EUA, após o reconhecimento deste país da necessidade de colaborar com a diminuição da emissão de gases poluentes.

"Concordamos hoje em considerar seriamente as decisões adotadas pela União Européia, Canadá e Japão que prevêem uma redução ao menos à metade das emissões globais [dos gases] até 2050, afirmou a Casa Branca em um comunicado. Nos comprometemos a cumprir esses objetivos e convidamos as principais economias emergentes a se unirem a nós neste esforço, completa a declaração". (Folha on-line, 07/06/2007) ¹⁰

Com base no que foi exposto neste capítulo, procuramos demonstrar que as questões relacionadas ao meio ambiente atingem a todas as classes sociais sem distinção, uma vez que seus impactos se alastram em todas as esferas da vida.

CAPÍTULO III:

SERVIÇO SOCIAL E MEIO AMBIENTE

¹⁰Acesso em 09/06/2007. Disponível em:
<http://www1.folha.uol.com.br/folha/mundo/ult94u302672.shtml>

3.1 ELEMENTOS PARA PROBLEMATIZAR A INCORPORAÇÃO DAS QUESTÕES AMBIENTAIS AO SERVIÇO SOCIAL

Neste capítulo buscaremos apresentar os resultados obtidos enquanto bolsista de Iniciação Científica no projeto “Meio Ambiente e Serviço Social” no âmbito do Núcleo de Pesquisa e Extensão LOCUSS/UFRJ/ESS. Salientamos que a mesma nos aproximou a uma compreensão da temática que assume um diferenciado aspecto conceitual:

“Pensamos a preservação do meio ambiente, mais como uma questão política e não mera introdução de mecanismos para o controle de variáveis sócio – culturais e econômicas, porque sua implementação se inscreve na trama de projetos sociais em confronto, expressos em lutas sociais contra modalidades de apropriação e uso privado dos recursos

territoriais e pela defesa do meio ambiente. Assim sendo, a construção de políticas para a preservação ambiental e do desenvolvimento ecologicamente sustentável passa, necessariamente, pelo enfrentamento da desigualdade social na reorganização da ocupação do espaço, mediante o desencadeamento de um longo processo de transformação social, com repercussão em toda estrutura social no meio rural e entre as pequenas, médias e grandes cidades” (Rauta Ramos, 2005) ¹¹.

É nosso interesse identificar o envolvimento dos Assistentes Sociais com as questões voltadas para o meio ambiente, uma vez que, nas relações entre o homem e o meio ambiente, também estão presentes as contradições sociais inerentes ao modo de produção capitalista.

A percepção dos problemas ambientais pela ótica da acumulação do capital, no desequilíbrio ambiental, torna possível identificar formas de manifestação da desigualdade social, uma vez que a consequência desse desequilíbrio não se manifesta de forma homogênea entre todos os segmentos da sociedade.

⁴⁵
“Os segmentos sociais mais vulneráveis são excluídos do usufruto dos bens socialmente produzidos. “Não obstante, são responsabilizados pelo descuido ou” uso inadequado do meio-ambiente”, induzindo a idéia de que a solução reside apenas no campo cultural. As teses de preservacionistas conservadoras ignoram as contradições econômicas, sociais e ideológicas que aí estão implicadas. A configuração dos conflitos sócio ambientais em torno do acesso e formas de uso dos bens ambientais lança a questão para a esfera da política pública, legitimando-se como luta de cidadania “ (Bressan, 2001:322).

As desigualdades existentes em meio aos impactos do desequilíbrio ambiental constituem uma forma de expressão das desigualdades desta sociedade fragmentada, onde temos um mundo ecologicamente interligado, mas com o entendimento de que os pobres são os que mais sofrem com a degradação do meio ambiente.

“As destruições ambientais e ecológicas cada vez mais irreversíveis estão acompanhadas de agressões constantes desferidas contra as condições de

¹¹ Atividade de pesquisa: Política Pública, Meio Ambiente e Movimentos Sociais, vinculada ao projeto: Revolução informacional, mutações urbanas e movimentos sociais.

vida dos produtores e de suas famílias, de forma que é impossível dissociar a questão social da questão ecológica” (Chesnais e Serfati, pg. 15) ¹².

O envolvimento dos Assistentes Sociais nas questões ambientais está relacionado ao seu comprometimento com os princípios colocados pelo Código de Ética Profissional de 1993 e que se vincula a um projeto societário que propõe:

“A construção de uma nova ordem social, sem dominação e/ou exploração de classe, etnia e gênero. A partir destas escolhas que o fundam, tal projeto afirma a defesa intransigente dos direitos humanos e a recusa do arbítrio e dos preconceitos, contemplando positivamente o pluralismo – tanto na sociedade como no exercício profissional” (Netto, 1996:107).

Segundo lamamoto (2005), a efetivação destes princípios remete o profissional à luta, no campo democrático-popular, pela construção de uma nova ordem societária. E os princípios éticos, ao impregnarem o exercício profissional cotidiano, indicam um novo modo de operar o exercício profissional. Um novo modo de operar seria a extensão do atendimento para além da demanda apresentada, abrangendo as formas de organização social para defesa e proteção do meio ambiente como uma forma de apreender um novo campo de trabalho na busca por colocar em prática o princípio ético - políticos que norteiam a profissão, propondo também novas formas de análise diante das “provocações e desafios enfrentados no dia a dia do trabalho cotidiano” (lamamoto, 2005:16).

12

“Ecologia” e condições físicas da reprodução social: alguns fios condutores marxistas. Disponível em: <http://www.unicamp.br/cemarx/criticamarxista/16chesnais.pdf>. Acesso em 04/04/2007.

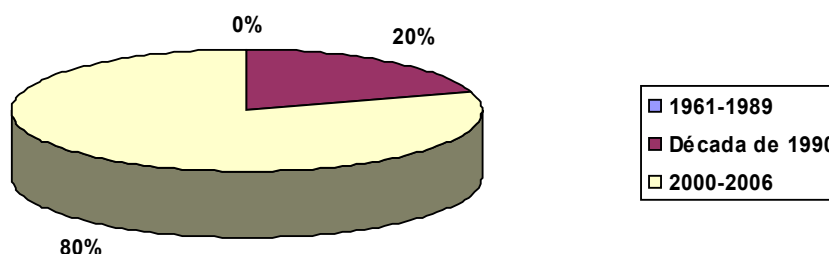
3.2 UM ÁRDUO CAMINHO PARA UM TÍMIDO RESULTADO: A PRODUÇÃO TEÓRICA DO SERVIÇO SOCIAL SOBRE MEIO AMBIENTE

Nesta pesquisa buscamos identificar, na produção bibliográfica e documental da categoria, quais foram as produções que se relacionam com a temática abordada, ou seja, o meio ambiente. Para isso, foram analisadas as principais publicações da categoria: livros, revistas, dissertações, teses, anais de congressos e cadernos de Jornadas de Iniciação Científica.

Dentre o material analisado, encontramos artigos que datam de 1961 ao ano de 2006, sendo que os artigos que trazem questões sobre o meio ambiente só

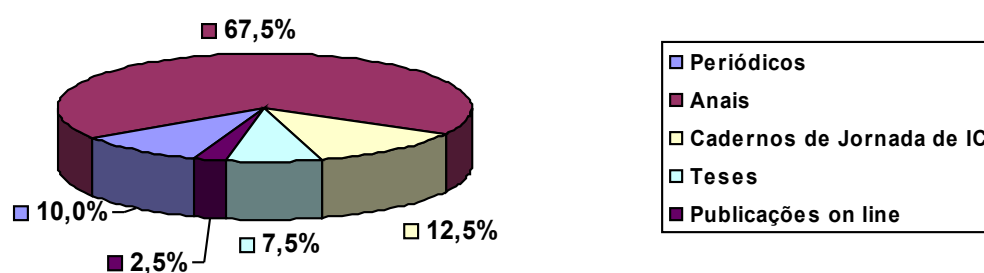
passaram a ser publicados a partir de 1990. No total foram analisados aproximadamente 3787 artigos nas diferentes publicações da categoria, mas, entre eles, encontramos somente 40 relacionados à temática do meio ambiente, o que corresponde a aproximadamente 1,05 % dos artigos produzidos.

Artigos publicados de 1961 a 2006



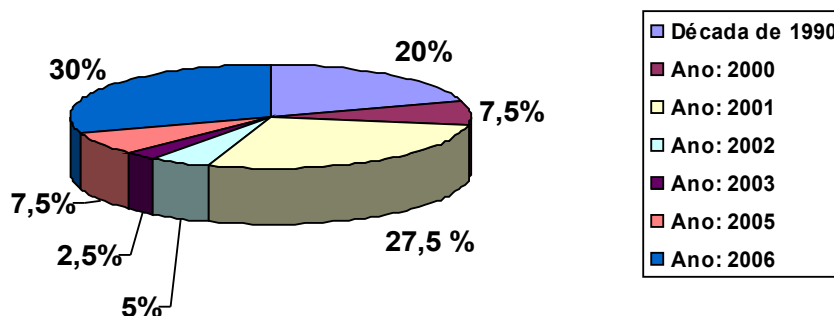
Em relação aos artigos que tratam da temática abordada, constatamos que a maior parte foi publicada em anais de congressos (58.7%), seguido das publicações encontradas on line (15.2%), dos artigos encontrados nos Cadernos das Jornadas de Iniciação Científica (10.9%) e dos artigos encontrados em periódicos (8.7%). Por fim temos aqueles que foram encontrados em teses e dissertações (6.5%).

Artigos sobre meio ambiente entre as publicações analisadas



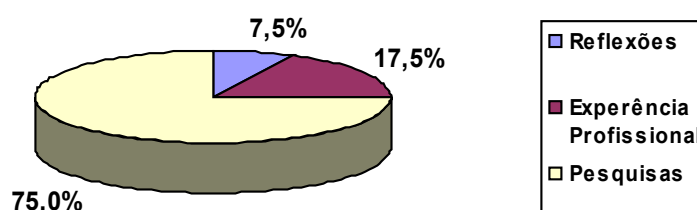
Sobre os anos em que encontramos a maior parte dos artigos, nos surpreendeu a escassez de textos publicados, pois acreditávamos que, em virtude da realização na cidade do Rio de Janeiro da Conferência das Nações unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (ECO – 92) em 1992, encontraríamos nos anos seguintes ao evento uma série de artigos tratando a respeito desta temática. No entanto, este não foi o resultado que encontramos. Dentre o material analisado temos 01 artigo publicado em 1992 no período que antecede a realização da Eco - 92; 01 artigo publicado em 1993; 01 em 1995; 02 em 1997; 02 em 1998 e 01 em 1999. A partir de 2000 começaram a haver mais publicações relacionadas à temática obedecendo a seguinte ordem: 03 artigos em 2000; 11 em 2001; 02 em 2002; 01 em 2003; 03 em 2005 e 12 em 2006.

Artigos publicados de 1992 a 2006



Dentre o material publicado, separamos os artigos que relatavam algum tipo de experiência profissional por parte dos Assistentes Sociais, daqueles que expressavam resultados de pesquisa por parte da categoria em relação à temática abordada. Encontramos 02 artigos que não faziam parte de nenhum desses grupos: segundo seus autores, manifestavam apenas breves reflexões com o intuito de apresentar suas preocupações em relação ao meio ambiente. Encontramos um outro artigo, resultado de reflexões após a realização da ECO -92, que inclui o meio ambiente a partir do “paradigma ecológico - sócio - cósmico que defende a concepção de justiça social entendida além das lutas pela libertação dos pobres, passando a abraçar também a justiça ecológica, as lutas pela libertação da natureza, uma vez que, os problemas ambientais são inseparáveis dos sociais” (Gouvêa,2000:71). Logo depois estão os artigos que relatam experiências profissionais dos Assistentes Sociais em ações relacionadas ao meio ambiente. Por último estão os trabalhos que representam a maioria dos artigos e que são resultados de pesquisa realizadas a respeito desta temática.

Artigos que relatam experiências profissionais, resultados de pesquisas e reflexões.



Em relação aos trabalhos que são resultados de intervenção profissional, relatam experiências profissionais que, de alguma forma, acabam se relacionando ao meio ambiente. No total, representam 7 artigos. Dentre esses trabalhos, temos dois relatos de atividades exercidas por Assistentes Sociais em empresas (uma Mineradora e uma empresa de saneamento em Mato Grosso do Sul) e voltadas para ações relacionadas à preservação ambiental; o outro trabalho é relato de um Curso de Extensão voltado para cortadores de cana, ministrado por Assistentes Sociais com o objetivo desenvolver a consciência destes trabalhadores em relação à preservação ambiental; por fim, temos quatro artigos que relatam experiências profissionais junto a moradores de baixa renda que vivem em comunidades pobres, em que a atuação dos Assistentes Sociais aconteceu através de sua inserção, em programas cujos objetivos eram de realizar, junto a essas pessoas, atividades voltadas para educação sanitária, educação ambiental e preservação de áreas ambientais que se situam próximas a essas comunidades.

Nos trabalhos que apresentam resultados de pesquisa, ou pesquisas que ainda estão em andamento, encontramos 30 artigos. Optamos por dividir esses

artigos, dentro da temática abordada, a fim de obter uma melhor organização dos mesmos e identificar quais os aspectos referentes ao meio ambiente foram mais trabalhos pela categoria em sua produção intelectual.

A divisão atendeu as definições descritas por Altvater (2006) sobre as relações que o homem desenvolve junto à natureza e se deu da seguinte maneira:

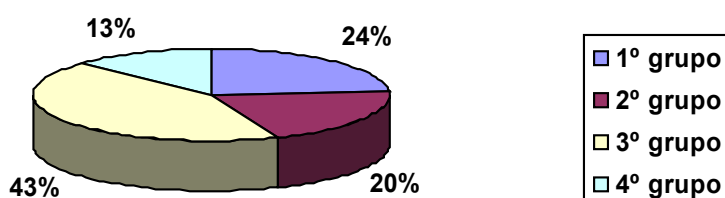
1º) Trabalhos em que relatam a preocupação com o meio ambiente enquanto “conjunto de condições e influencias naturais que cercam um ser vivo ou uma comunidade e que agem sobre ele(s)” (Dicionário Aurélio, 2005:546). Neste grupo estão os artigos que relatam pontos referentes à degradação ambiental, à preservação ambiental e ao desenvolvimento sustentável. Os trabalhos que envolvem o desenvolvimento sustentável, em geral, expressam a preocupação ou o relato de situações em que moradores de comunidades, que vivem da pesca ou da extração de algum gênero presente na natureza, conseguiram manter seu sustento através de práticas em que o homem e a natureza conseguem ser mutuamente beneficiados.

2º) Trabalhos que relatam de alguma forma processos que estejam ligados a um dos aspectos que envolvem o meio ambiente formado pelo homem. Sendo esta definição entendida como o meio ambiente construído pelo homem como “estradas, pontes, portos, aeroportos, cidades, parques e a agricultura, incluindo também os oceanos” (Altvater, 2006:351). Em geral, os trabalhos estão ligados a estudos sobre ocupações de áreas de preservação ambiental, ou de áreas dentro dos centros urbanos destinadas também a preservação ambiental, ou que ainda não possuam estrutura física para que se possa morar, ocasionando transformações visíveis na estrutura destas cidades, assim como condições de moradia inadequadas e muitas vezes prejudiciais à vida das pessoas que ocupam essas áreas.

3º) Trabalhos que relatam a preocupação diante das formas como o capitalismo vem interagindo com a natureza, ao transformá-la em mercadoria, fazendo com que as relações entre sociedade e natureza só sejam alcançadas através dos aspectos econômicos.

4º) Neste grupo estão os trabalhos que defendem a idéia de que os Assistentes Sociais devem atuar como educadores ambientais; seja pela facilidade que esses autores acreditam que os Assistentes Sociais tem para lidar com os segmentos mais pobres da sociedade, ou seja, pela visão crítica que esses profissionais desenvolveram a respeito da organização social em meio a uma sociedade regida pelo modo de produção capitalista. A educação ambiental promovida por parte desta categoria profissional seria uma forma de luta junto aos trabalhadores com o objetivo de se conseguir fazer com que o acesso aos recursos naturais, seja, socializado através da ampliação da consciência de que a atuação no campo ambiental atravessa as singularidades existentes nas relações sociais cotidianas, permeadas pelas contradições entre as classes.

Trabalhos de acordo com os a organização dos grupos



Nos trabalhos que apóiam o desenvolvimento da prática do Assistente Social enquanto Educador Ambiental, a categoria se divide: há os que apóiam esta idéia por acreditarem que estão mais qualificados para atuarem junto às camadas pobres,

pois saberão dialogar e explicar a importância da preservação ambiental (fazendo com que realizem um discurso parecido com os dos profissionais citados anteriormente); e há os que acreditam que o Assistente Social deve desenvolver esta prática como uma forma de estender o seu campo de luta por uma sociedade mais justa e livre da opressão causada pelo modo de produção capitalista, por meio de seu envolvimento direto com as classes populares a fim de promover a conscientização. Assim como da necessidade de lutar pela garantia de direitos e de acesso aos bens naturais a todos de forma igualitária buscando, com isso, impedir o avanço do processo de mercantilização que vem sendo implementado.

Constatamos que a categoria teve grande interesse em realizar trabalhos envolvendo a participação de catadores de papel, articulando a atividade que estes executam a aspectos ambientais, com o envolvimento destes na preservação do meio ambiente através da coleta de papéis e em alguns casos na coleta e reciclagem.

Esses autores também expressam o interesse em apreender a visão que os catadores têm a respeito do trabalho que realizam como uma forma de identificar se esses trabalhadores vêem em sua atividade uma forma de contribuição para preservação ambiental ou apenas reconhecem sua atividade como uma forma de garantir ou contribuir economicamente para o seu sustento e o de seus familiares.

Neste grupo de trabalhos realizados junto aos catadores não encontramos nenhum que tivesse sido desenvolvido junto a catadores de outros materiais recicláveis, como por exemplo: catadores de latinhas de alumínio e/ou de materiais plásticos, como garrafas pet.

Também observamos que, embora os trabalhos tenham em comum o ⁵⁴ interesse de seus autores por catadores de papel, esses artigos são resultados de pesquisas distintas, realizadas nos estados de São Paulo e da Paraíba sem que houvesse nenhum tipo de vínculo entre os pesquisadores.

Constatamos ainda o interesse da categoria em estudar as modificações que vêm sendo realizadas em meio aos grandes centros urbanos. Essas modificações dividem os artigos em dois grupos: no primeiro grupo estão os trabalhos em que as preocupações estão voltadas para a ocupação e a degradação de áreas de preservação ambiental existentes nestes centros; já no segundo grupo, o interesse dos autores está voltado para a falta de estrutura física e administrativa existentes nesses centros para receber os trabalhadores e suas famílias que migram para as cidades em busca de trabalho e melhores condições de vida e que acabam ocasionando modificações nas áreas urbanizadas.

Considerações finais

No desenvolvimento deste trabalho identificamos que o início da degradação do meio ambiente se deu aproximadamente no mesmo período em que surgiu a “questão social”. A Revolução Industrial trouxe, junto com a evolução dos meios de produção e de consumo, a compreensão da “questão social” enquanto “expressões das desigualdades da sociedade capitalista que tem uma raiz comum: a produção social é cada vez mais social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade” (Iamamoto, 2005:12).

Por um lado, a degradação do meio ambiente propicia, muitas vezes, a perda, por parte dos trabalhadores, de condições para continuarem realizando seu trabalho e com isso obter o seu sustento e o de suas famílias. Isso sem mencionar os problemas de saúde que o impedem de trabalhar e os problemas relacionados à poluição de rios que, em períodos de chuva, faz com estes transbordem e invadam suas casas fazendo com que percam todo o que possuem, chegando mesmo a ficar sem ter onde morar. Por outro lado, temos a luta, por parte dessas camadas sociais, na busca de preservação do meio ambiente para que possam ter onde trabalhar. Exemplo disso são: os sindicatos dos pescadores que lutam pela despoluição de rios; as organizações sociais que lutam pela preservação e recuperação do meio ambiente por parte do governo e das indústrias que, para não terem sua imagem prejudicada e suas vendas afetadas, passam a investir em propagandas que propaguem o seu envolvimento com a preservação ambiental.

Ao término deste trabalho, concluímos que o interesse por parte dos Assistentes Sociais à problemática ambiental apresentada nesta monografia está apenas começando. Podemos perceber ao realizar esta pesquisa que as questões referentes ao meio ambiente estão sendo absorvidas aos poucos pela categoria, sendo este fato facilmente identificado se compararmos a quantidade de artigos que abordam outras temáticas como, por exemplo, as que envolvem crianças e adolescentes, e as que estão vinculadas às questões ambientais. Esse tema ainda tem que ser muito trabalhado, pois diz respeito a acontecimentos ligados ao nosso dia a dia e que afetam a todos os segmentos sociais.

Porém foi possível perceber que, a partir do ano de 2000, o interesse sobre esta questão tem ganhado cada vez mais espaço junto aos Assistentes Sociais que passam a trazer para o meio das discussões realizadas pela categoria estudos e relatos de experiências profissionais ligadas às questões ambientais.

Em relação à prática profissional vinculada às questões ambientais, ainda há um número muito pequeno de profissionais inseridos nesta área, ou de profissionais que estejam dispostos a relatar suas experiências através de publicações destinadas à categoria. Há um interesse muito grande em se trabalhar com a preservação ou com a degradação ambiental junto a comunidades pobres, mas não identificamos interesse em trabalhar essas questões enquanto questões políticas e responsabilizando o Estado e as camadas mais abastadas pela preservação do meio ambiente. Os profissionais acabam, até mesmo inconscientemente, reproduzindo o discurso dos segmentos sociais ligados ao capital transferindo para os segmentos mais pobres a responsabilidade pela preservação e / ou degradação ambiental.

Ao realizarmos esta pesquisa percebemos que houve uma maior incidência de publicações de artigos relacionados ao meio ambiente a partir do ano de 2000 e que, como em sua maioria, estes artigos apresentam resultados de pesquisas, acreditamos que seus autores possivelmente não realizaram nenhuma publicação anterior por estarem iniciando seus estudos. No entanto, não temos como comprovar essa suposição.

Um outro aspecto, e que acreditamos ser importante salientar, diz respeito à grande quantidade de profissionais que realizam estudos nesta área, em relação aos profissionais que desenvolvem alguma atividade prática relacionada ao meio ambiente. Os profissionais que desenvolvem pesquisas muitas vezes nunca tiveram nenhum tipo de contato direto com o objeto de seu estudo e acabam direcionando os resultados alcançados aos demais colegas, sem que estas informações sejam repassadas às camadas da sociedade que poderiam ser favorecidas de alguma forma por seus trabalhos. Neste sentido, achamos que o profissional acaba restringindo sua ação ao campo acadêmico e deixa de fazer parte do movimento de luta em favor da equidade e da justiça social, valores presentes no Código de Ética Profissional de 1993 que apresenta “um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação - exploração de classe, etnia e gênero” (Netto, 1996:117).

Por fim concluímos que há, em meio à produção bibliográfica da categoria, uma escassez de publicações com estudos mais aprofundados pela temática do meio ambiente. Podemos perceber que, entre os trabalhos analisados, grande parte da bibliografia utilizada foi trazida de publicações realizadas por outras categorias profissionais, a fim de poderem ter base teórica para os seus estudos. Contudo, devido ao crescente interesse identificado junto à categoria a partir do ano de 2000,

acreditamos que em breve teremos publicações voltadas para o tratamento desta questão, em que os artigos serão resultados de pesquisas, análises e estudos realizados por Assistentes Sociais, pois tratar de questões relacionadas ao meio ambiente é tratar de questões que estão presentes em nossa realidade, seja no atendimento a demandas que têm sua gênese vinculada a esta temática, seja como resultado de uma ação que esteja vinculada à mesma, seja como indivíduos sujeitos aos efeitos e conseqüências das relações estabelecidas entre a sociedade e o meio ambiente.

Bibliografia

ALTVATER, ELMAR. **¿Existe um marxismo ecológico?** In: BORON, Atílio A.; AMADIO, Javier; GONZÁLEZ, Sabrina. La teoria Marxista hoy: problemas y perspectivas. 1ª ed. Buenos Aires, Consejo Latinoamericano de Ciências Sociales – CLACSO: 2006.

BENTURA, José Pablo. **Teoria e prática na Reconceituação do Serviço Social.** 1998. Dissertação (Mestrado) - Escola de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1998.

BRESSAN, C.M.F. **Serviço Social e Meio Ambiente:** Um diálogo em construção. In: 10º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, 2001, Rio de Janeiro. Anais do 10º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, Rio de Janeiro, 2001.

CARDOSO, Adelise Menezes. **Sistema de informação para planejamento e resposta a incidentes de poluição marítima por derramamento de petróleo e derivados.** 2007. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Engenharia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

CARVALHO, M.C. Brant de; NETTO J.P. **Cotidiano:** conhecimento e crítica – 3ª ed. São Paulo: Cortez, 1994.

CARVÃO: O COMBUSTÍVEL DE ONTEM. Porto Alegre: Núcleo Amigos da Terra no Brasil, 2004. Disponível em: < [http:// www.greenpeace.org.br](http://www.greenpeace.org.br)>.

CASTRO, Manuel Manrique. **História do Serviço Social na América Latina**. 6ª ed. São Paulo, Cortez: 2003.

ECO – 92. Disponível em: <[http://www.wikipedia.com.br? Eco 92](http://www.wikipedia.com.br?Eco%2092)>. 60

FOLADORI, Guillermo. **O metabolismo com a natureza**. Disponível em: <http://www.locuss.org/criticamarxista.pdf>.

FOLADORI, Guillermo. **O capitalismo e a crise ambiental**. Disponível em: <http://www.revistaoutubro.com.br/edicoes/05/out5_08.pdf>.

FOSTER, John Bellamy. **A ecologia de Marx: materialismo e natureza**. Tradução de Maria Tereza Machado. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

CHESNAIS, François; SERFATI, Claude. **“Ecologia” e condições físicas da reprodução social**: alguns fios condutores marxistas. Disponível em: (<http://www.unicamp.br/cemarx/criticamarxista/16chenais.pdf>).

GÓMEZ, J. Andrés Dominguez; AGUADO, Octavio Vasquez; PÉREZ, Alejandro Gaona. **Serviço Social e Meio Ambiente**. São Paulo: Cortez, 2005.

IAMAMOTO, Marilda Vilela; CARVALHO, Raul de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil**: Esboço de uma interpretação histórico – metodológica. 16ª ed. São Paulo: Cortez, 2004.

_____. **O Serviço Social na Contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 2001.

_____. **Renovação e conservadorismo no Serviço Social**. 2ªed. São Paulo: Cortez, 1994.

_____. **Projeto profissional, espaços ocupacionais e trabalho do Assistente Social na atualidade.** In *Em Questão: Atribuições Privativas do assistente social*. CFESS: Brasília, 2002.

_____. **As dimensões ético-políticas e teórico-metodológicas no Serviço social contemporâneo:** Trajetórias e desafios, 2004, Costa Rica. XVIII Seminário Latino-americano de Escuelas de Trabajo Social: La cuestión social y la formación profesional em el contexto de las nuevas relaciones de poder y la diversidad latinoamericana. San José, Costa Rica, 12 de julho de 2004.

MARX, Karl. **O Capital:** crítica da economia política. Tradução de Régis Barbosa e Flávio R. Kothe. 3ª ed, São Paulo: Nova Cultural, 1988. Vol. I (Coleção: Os Economistas).

MARX, Karl. **O Capital:** crítica da economia política. Tradução de Régis Barbosa e Flávio R. Kothe. 3ª ed, São Paulo: Nova Cultural, 1988. Vol. V (Coleção: Os Economistas)

Meio Ambiente. Disponível em: < http://www.wikipedia.com.br/meio_ambiente>

MONTAÑO, Carlos Eduardo. **O Serviço Social frente ao neoliberalismo:** Mudanças na sua base de sustentação funcional – ocupacional. Tradução de Yolanda Guerra. In: I Congresso Universitário Internacional de Trabalho Social: “O trabalho social no contexto das políticas neoliberais”, 1996, Costa Rica. São José de Costa Rica, julho de 1996.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social.** 3ª ed. Ampliada. São Paulo: Cortez, 2001.

_____. **Ditadura e Serviço Social:** Uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64. 7ª ed. São Paulo: Cortez, 2004.

_____. **Transformações Societárias e Serviço Social**. In: Revista Serviço Social e Sociedade n. 50. São Paulo: Cortez, 1996. 62

PROTOCOLO DE KYOTO. Disponível em: <http:// [www.wikipedia.com.br/protocolo de Kyoto](http://www.wikipedia.com.br/protocolo%20de%20kyoto)>.

REGRAS DA ABNT. Disponível em: <http:// www.monografia.net/regrasdaabnt>. Acesso em 15/08/2007.

RAMOS, Maria Helena Rauta; MORAES, Michelle; SILVA, Alair Ramos; Outros. **Preservação do Meio Ambiente e Questão Urbana em cidades brasileiras**. In: Seminário: A questão ambiental urbana: experiências e perspectivas, Brasília, 2004.

Revolução Industrial. Disponível em: http:// www.monografiasdobrasil.com.

Revolução Industrial: História da Revolução Industrial, pioneirismo inglês, invenções de máquinas, passagem da manufatura para a maquinofatura, a vida nas fábricas, origem dos sindicatos. In: http:// www.suapesquisa.com

ANEXO - BIBLIOGRAFIA PESQUISADA

ALBUQUERQUE, Flávia Florêncio de; MIRANDA, Isabelle Heitor de; ANDRADE Livia Clemente de; GORGONIO, Micheline Mariana de Lima; SILVA, Tailândia Cláudia Rodrigues da; BOTELHO, Talyta Emanuelle Costa. **A Percepção Ambiental do Catador de Lixo sobre seu Trabalho na Reciclagem.** In: X Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social, 2006, Pernambuco. CD – ROM.

ARAÚJO, M. S. C. **A habitação como espaço de vida, de convivência e de organização comunitária.** In: 10º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, 2001, Rio de Janeiro. Cadernos de comunicação. Rio de Janeiro, 2001.

BELO, Amanda Silva; LIMA, Juliana Lecker. **Os tratados internacionais sobre o Meio Ambiente e a posição do Brasil na criação de um mercado de poluição.** In: X Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social, 2006, Pernambuco. CD – ROM.

BRUNO, E. P; FRANCO, O.V; FIGUEIREDO, V. L. **Mobilização comunitária e educação ambiental em saneamento e saúde pública.** In: 10º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, 2001, Rio de Janeiro. Cadernos de comunicação. Rio de Janeiro, 2001.

I CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 1974, Rio de Janeiro. Anais do I Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais. Rio de Janeiro, 1974.

II CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 1976, Recife. Anais do II Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, Recife: CFESS, 1976.

II CONGRESSO BRASILEIRO DE SERVIÇO SOCIAL, 1961, Rio de Janeiro. Anais do II Congresso Brasileiro de Serviço Social, Rio de Janeiro: Comitê Brasileiro da Conferência Internacional de Serviço Social, 1961.

65

IX CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 1998, Goiânia. Anais do IX Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, Goiânia, 1998.

8º CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 1995, Salvador. Caderno de Comunicações do 8º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, Centro de Convenções Salvador – Bahia, 1995.

10º CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 2001, Rio de Janeiro. Caderno de Resumos do 10º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, Rio de Janeiro, 2001.

CADERNOS DE PRÁTICA SOCIAL. Rio de Janeiro, Nº07. Publicação de informação técnica da divisão Social do Serviço Social do Comércio – Administração Regional no Estado do Rio de Janeiro, SESC, 1997.

CADERNOS PUC - SÃO PAULO DE SERVIÇO SOCIAL. São Paulo, Nº6.

CADERNOS PUC - SÃO PAULO DE SERVIÇO SOCIAL. São Paulo, Nº10.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (ORG.). **Assistentes Sociais no Brasil**: Elementos para o estudo do perfil profissional. UFAL/CRESS, 2005.

CARVALHO, Dayse. **Trabalho Comunitário**: O lixo e a questão ambiental. Serviço Social em questão: Trabalho, Política Pública e Reprodução Social. Vol. 8, nº8 Ano VI. 2002.2.

CHAVES, M. P. S. R; COSTA, A. L; CARVALHO, C.O; SILVA, E. C. L. **Serviço Social e Meio Ambiente**: Aliança entre saberes técnicos - científicos e tradicionais

na Amazônia. In: 10º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, 2001, Rio de Janeiro. Cadernos de comunicação. Rio de Janeiro, 2001.

CHAVES, Maria do Perpétuo Socorro Rodrigues; CARVALHO, Graciete A. de; REIS, Maria da Conceição; FERREIRA, Andréia. **Tecnologias alternativas para o meio ambiente rural**: ações pedagógicas e sócio – políticos de Serviço Social. In: 8º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, 1995, Salvador. Caderno de Comunicações do 8º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, Salvador, 1995.

COLITO, Maria Clementina Espiler; PAGANI, Angela Maria de Melo. **Conversando sobre as Questões Ambientais e o Serviço Social**. Serviço Social em Revista, Londrina, v.1, nº2, Jan/Jun 1999.

XII CONFERENCIA INTERNACIONAL DE SERVIÇO SOCIAL. 1964, Grécia. Relatório do Grupo de trabalho da pré – conferência: **“O progresso Social através do planejamento social – O papel do Serviço Social”**. Tradução de A. S. Marília Diniz Carneiro. Chazkis – Grécia: CBCISS, 1964.

VI CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS: Congresso Chico Mendes, 1991, São Paulo. Anais do VI Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais: Congresso Chico Mendes. **Serviço Social**: as respostas da categoria aos desafios conjunturais, São Paulo: Cortez, 1991.

CORNELY, Seno A. **Introdução à ecologia social**. Revista Serviço Social e Sociedade. São Paulo, nº. 38, ano XII, Abril de 1992.

DAGNINO, EVELINA. **¿Sociedade Civil, participação e cidadania**: de que estamos falando? In: MATO, Daniel (coord.). **Políticas de ciudadanía y sociedad civil em tiempos de globalización**. Caracas: FACES, Universidad Central de Venezuela, pp. 95-110.

EGLI, Muni; MARTINS, Lilia Christina de Oliveira; SOUZA, Maria Inês Fontana de P. de; SANTOS, Ireni Mendes de S. **O Cotidiano do Catador de Material Reciclável**

do Município de Bauru-SP. In: X Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social, 2006, Pernambuco. CD – ROM.

V ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL, 1996, Rio de Janeiro. Anais do VI Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social, Rio de Janeiro: ABEPSS / CEDEPSS, 1996.

VI ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL, 1998, Brasília. Anais do VI Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social, Brasília, 1998.

VII ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL, 2000, Brasília. Anais do VII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social, Brasília: ABEPSS, V.I, 2000.

VII ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL, 2000, Brasília. Anais do VII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social, Brasília: ABEPSS, V.II, 2000.

VII ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL, 2000, Brasília. Anais do VII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social, Brasília: ABEPSS, V.III, 2000.

VII ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL, 2000, Brasília. Anais do VII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social, Brasília: ABEPSS, V.IV, 2000.

X ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL, 2006, Pernambuco: ABEPSS, 2006. CD-ROM.

FAES, I. A; RUBIÃO, I. P. N. **Vidas e arte no corte da cana: meio ambiente em “meio” aos canaviais.** In: 10º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, 2001, Rio de Janeiro. Cadernos de comunicação. Rio de Janeiro, 2001.

FERREIRA, Z. A. S. **Amazônia:** cupidez internacional e biopirataria. In: 10º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, 2001, Rio de Janeiro. Cadernos de comunicação, Rio de Janeiro, 2001.

FIGUEIREDO, Expedita Fátima Gomes de. **Cultura e organização social em comunidades ribeirinhas.** In: 10º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, 2001, Rio de Janeiro. Cadernos de comunicação, Rio de Janeiro, 2001.

GOMES, O. M. C; ALMEIDA, T.M.R. **Viver melhor - Uma semente?** In: 10º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, 2001, Rio de Janeiro. Cadernos de comunicação. Rio de Janeiro, 2001.

GOUVÊA, Maria das Graças de. **Movimentos Sociais e o paradigma ecológico – sócio – cósmico.** Serviço Social e Realidade, São Paulo, V.1, nº9, p. 71-80, 2000.

XIX Jornada de Iniciação Científica e IX Jornada de Iniciação Artística e Cultural, 1997, Rio de Janeiro. Livro de resumos da XIX jornada de Iniciação Científica e IX Jornada de Iniciação artística e Cultural. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.

XXVII Jornada Giulio Massarani de Iniciação Científica, Artística e Cultural, 2005, Rio de Janeiro. Livro de Resumos da XXVII Jornada Giulio Massarani de Iniciação Científica, Artística e cultural. Rio de Janeiro: UFRJ, 2005.

LIMA, Terezinha Moreira. **O desenvolvimento e as questões sobre a economia solidária como alternativa à racionalidade do capitalismo.** In: X Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social, 2006, Pernambuco. CD – ROM.

LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo. **A Assembléia Permanente de Entidades em defesa do Meio Ambiente – RJ e o pensamento de Esquerda: Análise Crítica do Coletivo Organizado a partir do depoimento de suas históricas lideranças estaduais.** 2000. Tese (Doutorado) - Escola de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2000.

MEDEIROS, Francisco Ary Fernandes de. **Serviço Social e ecologia: encontros e descaminhos.** In: VI Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social, 1998, Brasília. Anais do VI ENPESS, Brasília, 1998.

MENEZES, V. M. L. **A inserção das Questões Ambientais na prática Profissional do Serviço Social.** In: 10º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, 2001, Rio de Janeiro. Cadernos de comunicação. Rio de Janeiro, 2001.

MOTA, Margarida Maria de Almeida; DINIZ, Tânia Maria Ramos de Godoi. **Os recursos naturais face a uma nova consciência ambiental: o caso da região sul da cidade de São Paulo.** In: VII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social, 2000, Brasília. Anais do VII ENPESS, Vol. IV, Brasília, 2000.

MOTA, Margarida Maria de Almeida; RIBEIRO, Hellen de Paula; SILVA, Jordana Lauriano da; NOVAIS, Luciana Cremonezi. **A coleta seletiva e o trabalho dos catadores de material reciclável na região central do município de São Paulo: primeiras aproximações.** In: X Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social, 2006, Pernambuco. CD – ROM.

OLIVEIRA, Ana Carla Barreto de. **A intervenção do serviço social na temática ambiental.** In: X Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social, 2006, Pernambuco. CD – ROM.

PEREIRA, Jordeana Davi; MELO, Josimery Amaro de Melo. **As condições de vida e trabalho dos catadores de lixo do bairro do Pedregal em Campina Grande – PB.** In: X Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social, 2006, Pernambuco. CD – ROM.

PRAIA VERMELHA: ESTUDOS DE POLÍTICA E TEORIA SOCIAL. Rio de Janeiro: Escola de Serviço Social / UFRJ, nº 11. Segundo Semestre de 2004.

PRAIA VERMELHA: ESTUDOS DE POLÍTICA E TEORIA SOCIAL. Rio de Janeiro: Escola de Serviço Social / UFRJ, nº12. Primeiro Semestre de 2005. PRAIA VERMELHA: ESTUDOS DE POLÍTICA E TEORIA SOCIAL. Rio de Janeiro: Escola de Serviço Social / UFRJ, nº13. Segundo Semestre de 2005.

PRAIA VERMELHA: ESTUDOS DE POLÍTICA E TEORIA SOCIAL. Rio de Janeiro: Escola de Serviço Social / UFRJ, nº14&15. Primeiro e Segundo Semestre de 2006.

RAFAEL, Paula Raquel Bezerra. **Serviço Social e Meio Ambiente:** A intervenção dos Assistentes Sociais nas ações sócio – ambientais das empresas ambientalmente responsáveis de Recife / PE. In: X Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social, 2006, Pernambuco. CD – ROM.

Revista Desafios Sociais. Nº02. Rio Grande do Norte: Programa de Pós Graduação em Serviço Social da UFRN, Ano II.

REVISTA SERVIÇO SOCIAL E REALIDADE. V.7. Unesp: Franca, 1998

REVISTA SERVIÇO SOCIAL E REALIDADE. V.8. Unesp: Franca, 1999

REVISTA SERVIÇO SOCIAL E REALIDADE. V.9. Unesp: Franca, 2000

REVISTA SERVIÇO SOCIAL E REALIDADE. V.10. Unesp: Franca, 2001

REVISTA SERVIÇO SOCIAL E REALIDADE. V.12. Unesp: Franca, 2003

REVISTA SERVIÇO SOCIAL E REALIDADE. V.13. Unesp: Franca, 2004

REVISTA SERVIÇO SOCIAL E REALIDADE. V.14. Unesp: Franca, 2005

REVISTA SERVIÇO SOCIAL E SOCIEDADE. Vários Autores. nº01 ao nº84,
São Paulo: Cortez, 1979-2005.

REVISTA SERVIÇO SOCIAL EM QUESTÃO. Nº2. Rio de Janeiro: Programa de Pós
Graduação em Serviço Social da PUC - Rio de Janeiro.

REVISTA SERVIÇO SOCIAL EM QUESTÃO. Nº5. Rio de Janeiro: Programa de Pós
Graduação em Serviço Social da PUC - Rio de Janeiro.

REVISTA SERVIÇO SOCIAL EM QUESTÃO. Nº6. Rio de Janeiro: Programa de Pós
Graduação em Serviço Social da PUC - Rio de Janeiro.

REVISTA SERVIÇO SOCIAL EM QUESTÃO. Nº8. Rio de Janeiro: Programa de Pós
Graduação em Serviço Social da PUC - Rio de Janeiro.

RIBEIRO, Mara Rejane; MODESTO, Ana Paula; CALHEIROS, Latiza Cyntena.
Crise contemporânea, emancipação política e emancipação humana: questões
e desafios ao Serviço Social no Brasil. In: X Encontro Nacional de Pesquisadores em
Serviço Social, 2006, Pernambuco. CD – ROM.

RIBEIRO, Matilde. **Meio Ambiente, gênero e raças novas e velhas faces da
sustentabilidade.** In: 10º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, 2001, Rio de
Janeiro. Cadernos de comunicação. Rio de Janeiro, 2001.

ROCHA, Adriane Lima da. **Programa qualidade de vida:** limites e possibilidades no
trabalho do Assistente Social na empresa Michelin. 2000. Trabalho de Conclusão de
Curso em Serviço Social, Universidade Castelo Branco, Rio de Janeiro, 2000.

SER SOCIAL: EXCLUSÃO SOCIAL E SITUAÇÕES DE RISCO. Brasília: Programa de Pós Graduação em Política Social do Departamento de Serviço Social da Universidade de Brasília. Brasília, Nº3. 2º Semestre de 1998.

SER SOCIAL: GLOBALIZAÇÃO E POLÍTICA SOCIAL. Brasília: Programa de Pós Graduação em Política Social do Departamento de Serviço Social da Universidade de Brasília. Brasília, nº4. 1º Semestre de 1999.

SER SOCIAL: TRABALHO E CIDADANIA. Brasília: Programa de Pós Graduação em Política Social do Departamento de Serviço Social da Universidade de Brasília. Brasília, nº5. 2º Semestre de 1999.

SER SOCIAL: QUESTÃO SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL. Brasília: Programa de Pós Graduação em Política Social do Departamento de Serviço Social da Universidade de Brasília. Brasília, nº6. 1º Semestre de 2000.

SER SOCIAL: SEGURIDADE SOCIAL. Brasília: Programa de Pós Graduação em Política Social do Departamento de Serviço Social da Universidade de Brasília. Brasília, nº7. 2º Semestre de 2000.

SER SOCIAL: DIREITOS HUMANOS E POLÍTICAS SOCIAIS. Brasília: Programa de Pós Graduação em Política Social do Departamento de Serviço Social da Universidade de Brasília. Brasília, nº8. 1º Semestre de 2001.

SER SOCIAL: PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL E POLÍTICA SOCIAL. Brasília: Programa de Pós Graduação em Política Social do Departamento de Serviço Social da Universidade de Brasília. Brasília, nº9. 2º Semestre de 2001.

SER SOCIAL: POLÍTICA SOCIAL - SAÚDE. Brasília: Programa de Pós Graduação em Política Social do Departamento de Serviço Social da Universidade de Brasília. Brasília, nº10. 1º Semestre de 2002.

SER SOCIAL: POLÍTICA SOCIAL - PREVIDÊNCIAS. Brasília: Programa de Pós Graduação em Política Social do Departamento de Serviço Social da Universidade de Brasília. Brasília, nº11. 2º Semestre de 2002.

SER SOCIAL: POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. Brasília: Programa de Pós Graduação em Política Social do Departamento de Serviço Social da Universidade de Brasília. Brasília, nº12. 1º Semestre de 2003.

SER SOCIAL: VIOLÊNCIA E EXPLORAÇÃO SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES. Nº2. Brasília: Programa de Pós Graduação em Política Social do Departamento de Serviço Social da Universidade de Brasília, 1998. 1º Semestre.

SERVIÇO SOCIAL E DESENVOLVIMENTO. Rio de Janeiro: Cadernos Puc-RJ, 1973 (Série Serviço Social).

SERVIÇO SOCIAL E MOVIMENTOS SOCIAIS. Maranhão: Grupo de estudos, Pesquisas e Debates em Serviço Social do departamento de Serviço Social e do mestrado em políticas Públicas da Universidade Federal do Maranhão – UFMA.Vol. I, Nº2. Publicação semestral.

SERVIÇO SOCIAL E MOVIMENTOS SOCIAIS. Maranhão: Grupo de estudos, Pesquisas e Debates em Serviço Social do departamento de Serviço Social e do mestrado em políticas Públicas da Universidade Federal do Maranhão – UFMA.Vol. II, Nº1. Publicação semestral.

SERVIÇO SOCIAL E MOVIMENTOS SOCIAIS. Maranhão: Grupo de estudos, Pesquisas e Debates em Serviço Social do departamento de Serviço Social e do mestrado em políticas Públicas da Universidade Federal do Maranhão – UFMA. Ano I, Nº1. Publicação semestral.

SERVIÇO SOCIAL EM REVISTA. Londrina: Departamento de Serviço Social, Centro de Estudos Sociais Aplicados, Universidade Estadual de Londrina. Vol.I, Nº1. Londrina: ED. UEL, 1998. 2º Semestre de 1998.

SERVIÇO SOCIAL EM REVISTA. Londrina: Departamento de Serviço Social, Centro de Estudos Sociais Aplicados, Universidade Estadual de Londrina. Vol.I, Nº2. Londrina: ED. UEL, 1999. 1º Semestre de 1999.

SERVIÇO SOCIAL EM REVISTA. Londrina: Departamento de Serviço Social, Centro de Estudos Sociais Aplicados, Universidade Estadual de Londrina. Vol.II, Nº1. Londrina: ED. UEL, 1999. 2º Semestre de 1999.

SERVIÇO SOCIAL EM REVISTA. Londrina: Departamento de Serviço Social, Centro de Estudos Sociais Aplicados, Universidade Estadual de Londrina. Vol.II, Nº2. Londrina: ED. UEL, 2000. 1º Semestre de 2000.

SERVIÇO SOCIAL EM REVISTA. Londrina: Departamento de Serviço Social, Centro de Estudos Sociais Aplicados, Universidade Estadual de Londrina. Vol.III, Nº1. Londrina: ED. UEL, 2000. 2º Semestre de 2000.

SERVIÇO SOCIAL EM REVISTA. Londrina: Departamento de Serviço Social, Centro de Estudos Sociais Aplicados, Universidade Estadual de Londrina. Vol.III, Nº2. Londrina: ED. UEL, 2001. 1º Semestre de 2001.

SERVIÇO SOCIAL EM REVISTA. Londrina: Departamento de Serviço Social, Centro de Estudos Sociais Aplicados, Universidade Estadual de Londrina. Vol.IV, Nº1. Londrina: ED. UEL, 2001. 2º Semestre de 2001.

SERVIÇO SOCIAL EM REVISTA. Londrina: Departamento de Serviço Social, Centro de Estudos Sociais Aplicados, Universidade Estadual de Londrina. Vol.IV, Nº2. Londrina: ED. UEL, 2002. 1º Semestre de 2002.

SERVIÇO SOCIAL EM REVISTA. Londrina: Departamento de Serviço Social, Centro de Estudos Sociais Aplicados, Universidade Estadual de Londrina. Vol.V, Nº1. Londrina: ED. UEL, 2002. 2º Semestre de 2002.

SERVIÇO SOCIAL EM REVISTA. Londrina: Departamento de Serviço Social, Centro de Estudos Sociais Aplicados, Universidade Estadual de Londrina. Vol.V, Nº2 . Londrina: ED. UEL, 2003. 1º Semestre de 2003.

SERVIÇO SOCIAL EM REVISTA. Londrina: Departamento de Serviço Social, Centro de Estudos Sociais Aplicados, Universidade Estadual de Londrina. Vol.VI, Nº1. Londrina: ED. UEL, 2003. 2º Semestre de 2003.

SERVIÇO SOCIAL EM REVISTA. Londrina: Departamento de Serviço Social, Centro de Estudos Sociais Aplicados, Universidade Estadual de Londrina. Vol.VI, Nº2. Londrina: ED. UEL, 2004. 1º Semestre de 2004.

SERVIÇO SOCIAL EM REVISTA. Londrina: Departamento de Serviço Social, Centro de Estudos Sociais Aplicados, Universidade Estadual de Londrina. Vol.VII, Nº1. Londrina: ED. UEL, 2004. 2º Semestre de 2004.

SERVIÇO SOCIAL EM REVISTA. Londrina: Departamento de Serviço Social, Centro de Estudos Sociais Aplicados, Universidade Estadual de Londrina. Vol.VII, Nº2. Londrina: ED. UEL, 2005. 1º Semestre de 2005.

SERVIÇO SOCIAL EM REVISTA. Londrina: Departamento de Serviço Social, Centro de Estudos Sociais Aplicados, Universidade Estadual de Londrina. Vol.VIII, Nº1. Londrina: ED. UEL, 2005. 2º Semestre de 2005.

SERVIÇO SOCIAL EM REVISTA. Londrina: Departamento de Serviço Social, Centro de Estudos Sociais Aplicados, Universidade Estadual de Londrina. Vol.VIII, Nº1. Londrina: ED. UEL, 2006. 1º Semestre de 2006.

SILVA, A.L. **A degradação sócio – ambiental da cidade de natal**: O olhar de uma Assistente Social. In: 10º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, 2001, Rio de Janeiro. Cadernos de comunicação. Rio de Janeiro, 2001.

SILVA, Andréia Lima da. **Os limites da sustentabilidade ambiental**: O território degradado da carcinicultura. In: X Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social, 2006, Pernambuco. CD – ROM.

SILVA, A.L. **Os paradoxos da Educação ambiental: notas reflexivas para o debate**. In: 10º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, 2001, Rio de Janeiro. Cadernos de comunicação. Rio de Janeiro, 2001.

SILVA, Laurileide Barbosa da. Direitos Sociais e turismo. **Impactos sócio – ambientais na comunidade nativa da Praia de Galbu, município de Cabo de Santos Agostinho – PE**. In: X Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social, 2006, Pernambuco. CD – ROM.

SILVA, Maria das Graças e; VALENÇAS, Marcele. **Capitalismo contemporâneo e crise ambiental formas de enfrentamento e reprodução do sistema**. In: X Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social, 2006, Pernambuco. CD – ROM.

SILVA, Solange S.; Tânia Maria R. G. **Participação pública e interesse local**: O caso da mineração em área urbana. In: 8º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, 1995, Salvador. Caderno de Comunicações do 8º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, Salvador, 1995.

SYNTHESIS. Rio de Janeiro: Cadernos do Centro de Ciências Sociais da UERJ. Rio de Janeiro, Vol. I, 1997.

SYNTHESIS. Rio de Janeiro: Cadernos do Centro de Ciências Sociais da UERJ. Rio de Janeiro, Vol.II, 1997.

SYNTHESIS. Rio de Janeiro: Cadernos do Centro de Ciências Sociais da UERJ. Rio de Janeiro, I discente, 2001.

SYNTHESIS. Rio de Janeiro: Cadernos do Centro de Ciências Sociais da UERJ. Rio de Janeiro, Vol. II, Nº2, 2000.

SYNTHESIS. Rio de Janeiro: Cadernos do Centro de Ciências Sociais da UERJ. Rio de Janeiro, Vol. IV, Nº1, 1999.

SYNTHESIS. Rio de Janeiro: Cadernos do Centro de Ciências Sociais da UERJ. Rio de Janeiro, Vol. I, 1996.

SYNTHESIS. Rio de Janeiro: Cadernos do Centro de Ciências Sociais da UERJ. Edição Especial. Rio de Janeiro, 1997.

SYNTHESIS. Rio de Janeiro: Cadernos do Centro de Ciências Sociais da UERJ. Rio de Janeiro, Vol. III, Nº1, 1998.

SYNTHESIS. Rio de Janeiro: Cadernos do Centro de Ciências Sociais da UERJ. Rio de Janeiro, Vol. II, Nº2, 1998.

SYNTHESIS. Rio de Janeiro: Cadernos do Centro de Ciências Sociais da UERJ. Edição Especial. Rio de Janeiro, 1998.

SYNTHESIS. Rio de Janeiro: Cadernos do Centro de Ciências Sociais da UERJ. Rio de Janeiro, Vol.III, Nº2, 1999.

SYNTHESIS. Rio de Janeiro: Cadernos do Centro de Ciências Sociais da UERJ. Edição Especial. Rio de Janeiro, 1999.

SYNTHESIS. Rio de Janeiro: Cadernos do Centro de Ciências Sociais da UERJ. Edição Especial. Rio de Janeiro, 2002.

SOCIALISMO E DEMOCRACIA. São Paulo: Alfa – Homega, nº3. 2º Semestre de 1984.

SOUZA, Roosevelt Fideles de. **Uma experiência em educação ambiental: formulações de valores sócio-ambientais.** 2003. Dissertação (Mestrado) - Departamento de Serviço Social do Centro de Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2003.

SUPERANDO DESAFIOS. Rio de Janeiro: Caderno de Serviço Social do Hospital Universitário Pedro Ernesto. Rio de Janeiro, Nº1, Ano I.

SUPERANDO DESAFIOS. Rio de Janeiro: Caderno de Serviço Social do Hospital Universitário Pedro Ernesto. Rio de Janeiro, Nº2, Ano I.

SUPERANDO DESAFIOS. Rio de Janeiro: Caderno de Serviço Social do Hospital Universitário Pedro Ernesto. Rio de Janeiro, Nº3, Ano IV.

SUPERANDO DESAFIOS. Rio de Janeiro: Caderno de Serviço Social do Hospital Universitário Pedro Ernesto. Rio de Janeiro, Nº5, Ano IV.

TEMPORALIS. Brasília: ABEPSS, Nº1, Ano I. 1º Semestre de 2000.

TEMPORALIS. Brasília: ABEPSS, Nº2, Ano I. 2º Semestre de 2000.

TEMPORALIS. Brasília: ABEPSS, Suplemento, Ano II, Outubro de 2001.